

DIST. SANT. ESP. INDIGENA

Edital 27/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
27/2026	257035-DIST. SANT. ESP. INDIGENA	RODRIGO FIORILO AMARAL	20/05/2026 17:05 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25047.002412/2025-35

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90011/2026

CONTRATANTE (UASG)

257035

OBJETO

Aquisição de materiais médico-hospitalares (MMH) que consiste na manutenção contínua dos estoques de materiais indispensáveis ao atendimento das comunidades indígenas.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 419.170,36 (quatrocentos e dezenove mil cento e setenta reais e trinta e seis centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 08/06/2026 às 9:30h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por item

Modo de disputa:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

SIM



Ministério da Saúde
Secretaria de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

Processo Administrativo nº 25047.002412/2025-35

Torna-se público que o(a) Distrito Sanitário Especial Indígena Minas Gerais e Espírito Santo, por meio do Setor de Serviço de Recursos Logísticos, sediado na Avenida Brasil, nº 4550, Santa Terezinha, Governador Valadares/MG, CEP: 35.030-070, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de materiais médico-hospitalares (MMH), que consiste na manutenção contínua dos estoques de materiais indispensáveis ao atendimento das comunidades indígenas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para todos os itens, exceto o item 14, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

- 3.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.9.11 sociedades cooperativas;
- 3.9.12 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.9.13 pessoas físicas.
- 3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

- 5.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.19 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.15.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.15.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.16.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário e total do item;

6.1.2 marca;

6.1.3 fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.18.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.19.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

- 7.19.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.19.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.19.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 7.21.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.21.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.21.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;
- 7.21.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.
- 7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.22.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 7.22.2 empresas brasileiras;
- 7.21.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.22.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.23. A fim de garantir maior segurança jurídica e uniformização quando da aplicação dos subitens 7.21.2, 7.21.3, 7.22.2, 7.22.3 e 7.22.4, estes só serão adotados quando houver regulamentações específicas em cada caso, que afastem o caráter subjetivo da tomada de decisão.
- 7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.24.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.24.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.24.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 8.1.1 Sicaf;
- 8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
- 8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
- 8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.8.1 conter vícios insanáveis;
- 8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 8.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 8.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
 - 8.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 8.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
 - 8.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 8.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.
- 9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por e-mail: licitacaodsei@saude.gov.br.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

9.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. A assinatura do contrato será feita por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, ao qual o representante legal do adjudicatário deverá realizar prévio cadastro no endereço eletrônico: sei.saude.gov.br/externo para liberação de acesso para assinatura eletrônica.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, não poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

Não se aplica.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias

conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacaodsei@saude.gov.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Comprasnet.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Anexo II do Termo de Referência - Termo de Ciência e Concordância

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.3 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.4 Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CELIO CEZAR FERREIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 20/05/2026 às 17:05:30.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Termo de Referencia 52-2026.pdf (1.51 MB)
- Anexo II - Minuta de Contrato.pdf (160.41 KB)
- Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preço.pdf (151.03 KB)

DIST. SANT. ESP. INDIGENA

Termo de Referência 52/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
52/2026	257035-DIST. SANT. ESP. INDIGENA	RODRIGO FIORILO AMARAL	19/05/2026 17:31 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25047.002412/2025-35

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO



Ministério da Saúde
Secretaria de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

Processo Administrativo nº 25047.002412/2025-35

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais médico-hospitalares (MMH), que consiste na manutenção contínua dos estoques de materiais indispensáveis ao atendimento das comunidades indígenas vinculadas ao Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Minas Gerais e Espírito Santo, com a finalidade de assegurar a continuidade dos serviços essenciais prestados às populações indígenas assistidas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade mínima	Quantidade máxima	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL

1	629305	Abaixador De Língua Material: Madeira Lisa, Polida, C/ Borda Arredondada , Comprimento: Cerca De 14 Cm , Esterilidade: Não Estéril, Uso Único	Embalagem 100 Unidade	45	134	R\$ 4,95	R\$ 663,30
2	281657	ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS;COMPONENTES: LINOLÊICO, LECITINA DE SOJA, COMPOSIÇÃO: COMPOSTO DOS ÁCIDOS CAPRÍLICO, CÁPRICO, LÁURICO, APRESENTAÇÃO: ASSOCIADOS COM VITAMINAS A" E "E", TIPO: LOÇÃO OLEOSA"	FR 100ML	378	1135	R\$ 2,99	R\$ 3.393,65
3	367898	ÁGUA DESTILADA ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO INCOLOR, INODORO, INSÍPIDO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME FARMACOPÉIA BRASILEIRA	GL 5L	63	190	R\$ 10,05	R\$ 1.909,50
4	439805	AGULHA HIPODÉRMICA DIMENSÃO: 21 G X 1 1/4, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK OU SLIP EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL"	Caixa 100 Unidade	14	41	R\$ 7,57	R\$ 310,37
5	397505	AGULHA HIPODÉRMICA DIMENSÃO: 22 G X 1, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK OU SLIP EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL"	Caixa 100 Unidade	25	74	R\$ 7,39	R\$ 546,86
6	397513	AGULHA HIPODÉRMICA DIMENSÃO: 26 G X 1/2, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK OU SLIP EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL"	Caixa 100 Unidade	8	24	R\$ 7,01	R\$ 168,24
7	397502	AGULHA HIPODÉRMICA DIMENSÃO: 21 G X 1, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK OU SLIP EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL"	Caixa 100 Unidade	4	12	R\$ 6,58	R\$ 78,96
8	269941	ÁLCOOL ETÍLICO TEOR ALCOÓLICO: 70%_(70°GL), TIPO: HIDRATADO, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO 250ml	Frasco 250Mililitro	72	217	R\$ 4,12	R\$ 894,04
9	269941	ÁLCOOL ETÍLICO TEOR ALCOÓLICO: 70%_(70°GL), TIPO: HIDRATADO, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO 500ml	Frasco 500 Mililitro	501	1504	R\$ 4,72	R\$ 7.098,88
10	269941	ÁLCOOL ETÍLICO TEOR ALCOÓLICO: 70%_(70°GL), TIPO: HIDRATADO, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO 1Litro	Frasco 1L	176	528	R\$ 6,50	R\$ 3.432,00

11	628473	ALGODÃO USO MÉDICO TIPO: HIDRÓFILO; MATERIAL: FIBRAS DE ALGODÃO PURIFICADO; APRESENTAÇÃO: ROLO; ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL.	Embalagem 500 Grama	39	118	R\$ 12,97	R\$ 1.530,46
12	628389	ATADURATIPO: CERCA DE 13 FIOS/CM²; MATERIAL: FAIXA DE TECIDO MISTO – ALGODÃO E SINTÉTICO; LARGURA: CERCA DE 15 CM; COMPRIMENTO EM REPOUSO: ROLO CERCA DE 1,8 M; ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL.	Embalagem 1 Unidade	1168	3504	R\$ 0,73	R\$ 2.557,92
13	628383	ATADURA TIPO: CERCA DE 13 FIOS/CM²; MATERIAL: FAIXA DE TECIDO 100% ALGODÃO; LARGURA: CERCA DE 30 CM; COMPRIMENTO EM REPOUSO: ROLO CERCA DE 1,8 M; ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL.	Embalagem 1 Unidade	1013	3038	R\$ 1,41	R\$ 4.283,58
14	375694	BALANÇA CAPACIDADE: 200 KG; PESO: 3,5 KG; DIMENSÃO DA PLATAFORMA: 29 X 29 CM; ALIMENTAÇÃO: 4 PILHAS AA; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FUNÇÃO MÃE/FILHO, AUTOMÁTICA /MANUAL, PISO BORRACHA; MODELO: DIGITAL, BOLSA PARA TRANSPORTE.	UN	40	120	R\$ 765,00	R\$ 91.800,00
15	442512	BALANÇA DISPOSITIVO PARA MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS; TIPO: BALANÇA PEDIÁTRICA – GANCHO; MODELO: MECÂNICA; MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL; COMPONENTE I: COM SUPORTE TIPO CEGONHA; COMPONENTE II: COM SUPORTE TIPO SHORT; ADICIONAL: PORTÁTIL; CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA: ATÉ 25 KG.	UN	14	43	R\$ 160,00	R\$ 6.880,00
16	272821	CABO BISTURI MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO: Nº 3	UN	25	76	R\$ 7,20	R\$ 547,20
17	243242	CABO BISTURI MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO: Nº 4	UN	23	70	R\$ 7,74	R\$ 541,80
18	472773	CAIXA TÉRMICA; MATERIAL: POLIURETANO; CAPACIDADE: 5 L; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ALÇA, TAMPA ARTICULADA E TERMÔMETRO; APLICAÇÃO: TRANSPORTE DE VACINA.	UN	22	67	R\$ 197,99	R\$ 13.265,33
19	315821	CAIXA TÉRMICA MATERIAL: POLIESTIRENO EXPANDIDO; CAPACIDADE: 15 L; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ALÇA E TAMPA; COR: BRANCA.	UN	22	67	R\$ 57,14	R\$ 3.828,38
20	437175	CATETER PERIFÉRICO APLICAÇÃO: VENOSO, COMPONENTE 1: CÂMARA REFLUXO C/ FILTRO, COMPONENTE 2: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, COMPRIMENTO: CERCA 50, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, DIAMETRO: 14, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX, MATERIAL CATETER: POLÍMERO RADIOPACO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	42	127	R\$ 1,81	R\$ 229,87

21	437177	CATETER PERIFÉRICO APLICAÇÃO: VENOSO, COMPONENTE 1: CÂMARA REFLUXO C/ FILTRO, COMPONENTE 2: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, COMPRIMENTO: CERCA 45, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, DIAMETRO: 18, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX, MATERIAL CATETER: POLÍMERO RADIOPACO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	109	328	R\$ 1,84	R\$ 603,52
22	437178	CATETER PERIFÉRICO APLICAÇÃO: VENOSO, COMPONENTE 1: CÂMARA REFLUXO C/ FILTRO, COMPONENTE 2: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, COMPRIMENTO: CERCA 30, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, DIAMETRO: 20, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX, MATERIAL CATETER: POLÍMERO RADIOPACO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	1275	3824	R\$ 1,73	R\$ 6.615,52
23	437165	CATETER PERIFÉRICO APLICAÇÃO: VENOSO, COMPONENTE 2: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, COMPONENTE ADICIONAL: C/ ASA DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, DIAMETRO: 25, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX, MODELO: TIPO ESCALPE, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	541	1622	R\$ 0,33	R\$ 535,26
24	437166	CATETER PERIFÉRICO APLICAÇÃO: VENOSO, COMPONENTE 2: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, COMPONENTE ADICIONAL: C/ ASA DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, DIAMETRO: 21, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX, MODELO: TIPO ESCALPE, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	218	655	R\$ 0,36	R\$ 235,80
25	437167	CATETER PERIFÉRICO APLICAÇÃO: VENOSO, COMPONENTE 2: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, COMPONENTE ADICIONAL: C/ ASA DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, DIAMETRO: 23, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX, MODELO: TIPO ESCALPE, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	338	1014	R\$ 0,36	R\$ 365,04
26	437187	CATETER PERIFÉRICO APLICAÇÃO: VENOSO, COMPONENTE 2: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, COMPONENTE ADICIONAL: C/ ASA DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, DIAMETRO: 27, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX, MODELO: TIPO ESCALPE, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	254	762	R\$ 0,41	R\$ 312,42
27	437180	CATETER PERIFÉRICO APLICAÇÃO: VENOSO, COMPONENTE 1: CÂMARA REFLUXO C/ FILTRO, COMPONENTE 2: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, COMPRIMENTO: CERCA 20, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, DIAMETRO: 24, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX, MATERIAL	UN	425	1274	R\$ 1,91	R\$ 2.433,34

		CATETER: POLÍMERO RADIOPACO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL					
28	621737	CATETER OXIGENOTERAPIA MODELO: TIPO ÓCULOS; APLICAÇÃO: P/ OXIGENOTERAPIA; MATERIAL: TUBO E PRONGA DE SILICONE; CONECTOR: COMPATÍVEL C/ FONTE O2; TAMANHO: ADULTO; COMPRIMENTO: CERCA DE 2,5 M; ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO.	UN	307	922	R\$ 1,04	R\$ 958,88
29	621732	CATETER OXIGENOTERAPIA MODELO: TIPO ÓCULOS; APLICAÇÃO: P/ OXIGENOTERAPIA; MATERIAL: TUBO PLÁSTICO C/ PRONGA DE SILICONE; CONECTOR: COMPATÍVEL C/ FONTE O2; TAMANHO: INFANTIL; COMPRIMENTO: CERCA DE 2,5 M; ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO.	UN	192	576	R\$ 1,37	R\$ 789,12
30	623109	Coletor De Resíduos De Serviço De Saúde Tipo De Resíduo: Grupo E - Resíduo Perfurocortante Infectante , Tipo Risco: Risco Biológico , Capacidade: Cerca De 13 L, Material: Caixa De Papelão C/ Saco Plástico , Adicional: C/ Alça , Uso: Uso Único	UN	174	522	R\$ 5,00	R\$ 2.610,00
31	628256	Gaze Uso Em Saúde Modelo: Compressa C/ Dobras E Camadas , Material: Tecido 100% Algodão , Densidade: Cerca De 13 Fios / Cm2 , Radiopacidade: Com Elemento Radiopaco , Dimensão Fechada: Cerca De 7,5 X 7,5 Cm , Esterilidade: Não Estéril, Uso Único	PCT 500	160	479	R\$ 23,62	R\$ 11.313,98
32	628237	Gaze Uso Em Saúde Modelo: Compressa C/ Dobras E Camadas , Material: Tecido 100% Viscose / Rayon , Densidade: Cerca De 13 Fios / Cm2 , Radiopacidade: Sem Elemento Radiopaco , Dimensão Fechada: Cerca De 7,5 X 7,5 Cm , Esterilidade: Estéril, Uso Único	PCT 5	6912	20736	R\$ 0,30	R\$ 6.220,80
33	405738	CONJUNTO PARA PAPANICOLAU TIPO: COMPOSIÇÃO BÁSICA; COMPOSIÇÃO BÁSICA: 1 ESPÉCULO VAGINAL PEQUENO, 1 ESPÁTULA DE AYRES; OUTROS COMPONENTES: 1 ESCOVA CERVICAL, 1 PINÇA CHERON; COMPONENTES ADICIONAIS: 1 LÂMINA COM FRASCO DE TRANSPORTE; EMBALAGEM: ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UN	175	524	R\$ 4,03	R\$ 2.111,72
34	405739	CONJUNTO PARA PAPANICOLAU TIPO: COMPOSIÇÃO BÁSICA; COMPOSIÇÃO BÁSICA: 1 ESPÉCULO VAGINAL MÉDIO, 1 ESPÁTULA DE AYRES; OUTROS COMPONENTES: 1 ESCOVA CERVICAL, 1 PINÇA CHERON; COMPONENTES ADICIONAIS: 1 LÂMINA COM FRASCO DE TRANSPORTE; EMBALAGEM: ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UN	350	1050	R\$ 3,97	R\$ 4.168,50
35	405740	CONJUNTO PARA PAPANICOLAU TIPO: COMPOSIÇÃO BÁSICA; COMPOSIÇÃO BÁSICA: 1 ESPÉCULO VAGINAL GRANDE, 1 ESPÁTULA DE AYRES; OUTROS COMPONENTES: 1 ESCOVA CERVICAL, 1 PINÇA CHERON; COMPONENTES ADICIONAIS: 1 LÂMINA COM FRASCO DE	UN	350	1050	R\$ 4,25	R\$ 4.462,50

		TRANSPORTE; EMBALAGEM: ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.					
36	433842	DETECTOR FETAL TIPO: PORTÁTIL; AJUSTE: AJUSTE MECÂNICO; VISOR: DIGITAL; CONTROLE: BOTÃO DE CONTROLE; MATERIAL: GABINETE METÁLICO; TIPO DE ANÁLISE: AUSCULTA BCF, FLUXO SANGUÍNEO PLACENTA E CORDÃO; FAIXA DE MEDIÇÃO: BCF ATÉ CERCA DE 200 BPM; FREQUÊNCIA: ATÉ CERCA DE 2,2 MHZ; FONTE DE ALIMENTAÇÃO: À BATERIA; COMPONENTES: COM ALTO-FALANTE, TRANSDUTOR; OUTROS COMPONENTES: ENTRADA AUXILIAR.	UN	16	47	R\$ 373,66	R\$ 17.562,02
37	328078	DETERGENTE ENZIMÁTICO COMPOSIÇÃO: A BASE DE AMILASE, PROTEASE, LIPASE E CARBOIDRASE	1L	47	140	R\$ 20,25	R\$ 2.835,00
38	445801	EMBALAGEM P/ ESTERILIZAÇÃOMaterial: Papel Grau Cirúrgico; Composição: C/ Filme Polímero Multilaminado; Gramatura / Espessura: Cerca De 60 G/M2; Apresentação: Envelope; Componentes Adicionais: Autosselante; Tamanho: Cerca De 15 X 25 CM; Componentes: C/ Indicador Químico;Tipo Uso: Uso Único	UN	2000	6000	R\$ 0,29	R\$ 1.740,00
39	445800	Embalagem P/ Esterilização Material: Papel Grau Cirúrgico G109 Composição: C/ Filme Polímero Multilaminado , Gramatura / Espessura: Cerca De 60 G /M2, Apresentação: Envelope , Componentes Adicionais: Autosselante , Tamanho: Cerca De 10 X 25 CM, Componentes: C/ Indicador Químico , Tipo Uso: Uso Único	UN	400	1200	R\$ 0,18	R\$ 216,00
40	442530	EMBALAGEM P/ ESTERILIZAÇÃO APRESENTAÇÃO: FOLHA, COMPOSIÇÃO: 1ª GERAÇÃO, GRAMATURA / ESPESSURA: CERCA DE 60, MATERIAL: PAPEL CREPADO, TAMANHO: CERCA DE 120 X 120, TIPO USO: USO ÚNICO	UN	354	1061	R\$ 3,73	R\$ 3.957,53
41	442481	EMBALAGEM P/ ESTERILIZAÇÃO MATERIAL: PAPEL GRAU CIRÚRGICO; COMPOSIÇÃO: C/ FILME POLÍMERO MULTILAMINADO; GRAMATURA /ESPESSURA: CERCA DE 60 G/M²; APRESENTAÇÃO: ENVELOPE; COMPONENTES ADICIONAIS: AUTOSSELANTE; TAMANHO: CERCA DE 30 X 40 CM; COMPONENTES: C/ INDICADOR QUÍMICO; TIPO DE USO: USO ÚNICO	UN	618	1853	R\$ 0,92	R\$ 1.704,76
42	609450	EQUIPO DE INFUSÃO VENOSA GRAVITACIONAL MATERIAL: PVC TRANSPARENTE; CÂMARA DE GOTEJAMENTO: MACROGOTAS, FLEXÍVEL, C/ RESPIRO; REGULADOR DE FLUXO MANUAL: PINÇA ROLETE; COMPRIMENTO DO TUBO: ATÉ 180 CM; TIPO DE INJETOR LATERAL: C/ 1 INJETOR, AUTOCICATRIZANTE; CONECTOR DO PACIENTE: LUER; ADICIONAL: C/ CLAMP; ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO; TIPO DE EMBALAGEM: INDIVIDUAL.	UN	736	2209	R\$ 0,73	R\$ 1.612,57

43	432469	ESFIGMOMANÔMETRO AJUSTE: ANALÓGICO, ANERÓIDE; TIPO: DE BRAÇO; FAIXA DE OPERAÇÃO: ATÉ 300 MMHG; MATERIAL DA BRAÇADEIRA: NYLON; TIPO DE FECHO: FECHO EM METAL; TAMANHO: ADULTO.	UN	25	74	R\$ 72,07	R\$ 5.333,18
44	432473	ESFIGMOMANÔMETRO AJUSTE: ANALÓGICO, ANERÓIDE; TIPO: DE BRAÇO; FAIXA DE OPERAÇÃO: ATÉ 300 MMHG; MATERIAL DA BRAÇADEIRA: BRAÇADEIRA EM NYLON; TIPO DE FECHO: FECHO EM METAL; TAMANHO: INFANTIL.	UN	31	94	R\$ 44,99	R\$ 4.229,06
45	324327	ESTESIÔMETRO COMPOSIÇÃO: 7 TUBOS COM 1 PAR FILAMENTOS NYLON ESPECIAL, APLICAÇÃO: TESTE DE SENSIBILIDADE CUTÂNEA	UN	12	36	R\$ 261,09	R\$ 9.399,24
46	438928	ESTETOSCÓPIO TIPO: BIAURICULAR; ACESSÓRIOS: OLIVAS ANATÔMICAS DE SILICONE; HASTE: AÇO INOX; TUBO: TUBO "Y" EM PVC; AUSCULTADOR: AUSCULTADOR DUPLO EM AÇO INOX.	UN	13	38	R\$ 53,82	R\$ 2.045,16
47	486977	FIO DE SUTURA AGULHADO MATERIAL DO FIO: CATGUT SIMPLES; MODELO DO FIO: MULTIFILAMENTAR; DIÂMETRO DO FIO: 0 / 1-0; COMPRIMENTO DO FIO: CERCA DE 70 CM; TIPO DE AGULHA: AGULHA 1/2 CÍRCULO; MODELO DA AGULHA: CILÍNDRICA; COMPRIMENTO DA AGULHA: CERCA DE 40 MM; ESTERILIDADE: ESTÉRIL; APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UN	14	42	R\$ 3,89	R\$ 163,38
48	487388	FIO DE SUTURA AGULHADO APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL, COMPRIMENTO AGULHA: CERCA DE 30, COMPRIMENTO FIO: CERCA DE 70, DIÂMETRO FIO: 2-0, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, MATERIAL FIO: NYLON / POLIAMIDA INCOLOR, MODELO AGULHA: CILÍNDRICA, MODELO FIO: MONOFILAMENTAR, TIPO AGULHA: AGULHA 3/8 CÍRCULO	UM	56	168	R\$ 1,50	R\$ 252,00
49	486957	FIO DE SUTURA AGULHADOMATERIAL DO FIO: CATGUT SIMPLES; MODELO DO FIO: MULTIFILAMENTAR; DIÂMETRO DO FIO: 3-0; COMPRIMENTO DO FIO: CERCA DE 70 CM; TIPO DE AGULHA: AGULHA 1/2 CÍRCULO; MODELO DA AGULHA: CORTANTE REVERSA/INVERTIDA; COMPRIMENTO DA AGULHA: CERCA DE 18 MM; ESTERILIDADE: ESTÉRIL; APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UN	143	430	R\$ 3,93	R\$ 1.689,90
50	487564	FIO DE SUTURA AGULHADO MATERIAL DO FIO: SEDA PRETO; MODELO DO FIO: MULTIFILAMENTAR; DIÂMETRO DO FIO: 3-0; COMPRIMENTO DO FIO: CERCA DE 70 CM; TIPO DE AGULHA: AGULHA 3/8 CÍRCULO; MODELO DA AGULHA: CILÍNDRICA; COMPRIMENTO DA AGULHA: CERCA DE 30 MM; ESTERILIDADE: ESTÉRIL; APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UN	16	48	R\$ 2,44	R\$ 117,12

51	486948	FIO DE SUTURA AGULHADO MATERIAL DO FIO: CATGUT SIMPLES; MODELO DO FIO: MULTIFILAMENTAR; DIÂMETRO DO FIO: 4-0; COMPRIMENTO DO FIO: CERCA DE 70 CM; TIPO DE AGULHA: AGULHA 1/2 CÍRCULO; MODELO DA AGULHA: CORTANTE REVERSA/INVERTIDA; COMPRIMENTO DA AGULHA: CERCA DE 16 MM; ESTERILIDADE: ESTÉRIL; APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UN	54	161	R\$ 4,56	R\$ 734,16
52	487382	FIO DE SUTURA AGULHADO MATERIAL DO FIO: NYLON / POLIAMIDA INCOLOR; MODELO DO FIO: MONOFILAMENTAR; DIÂMETRO DO FIO: 4-0; COMPRIMENTO DO FIO: CERCA DE 45 CM; TIPO DE AGULHA: AGULHA 3/8 CÍRCULO; MODELO DA AGULHA: CORTANTE REVERSA/INVERTIDA; COMPRIMENTO DA AGULHA: CERCA DE 20 MM; ESTERILIDADE: ESTÉRIL; APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UN	237	710	R\$ 1,58	R\$ 1.121,80
53	487424	FIO DE SUTURA AGULHADO MATERIAL DO FIO: NYLON / POLIAMIDA PRETO; MODELO DO FIO: MONOFILAMENTAR; DIÂMETRO DO FIO: 4-0; COMPRIMENTO DO FIO: CERCA DE 45 CM; TIPO DE AGULHA: AGULHA 1/2 CÍRCULO; MODELO DA AGULHA: CORTANTE REVERSA/INVERTIDA; COMPRIMENTO DA AGULHA: CERCA DE 20 MM; ESTERILIDADE: ESTÉRIL; APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UN	2000	6000	R\$ 1,28	R\$ 7.680,00
54	487550	FIO DE SUTURA AGULHADO MATERIAL DO FIO: SEDA PRETO; MODELO DO FIO: MULTIFILAMENTAR; DIÂMETRO DO FIO: 4-0; COMPRIMENTO DO FIO: CERCA DE 45 CM; TIPO DE AGULHA: AGULHA 1/2 CÍRCULO; MODELO DA AGULHA: CORTANTE REVERSA/INVERTIDA; COMPRIMENTO DA AGULHA: CERCA DE 20 MM; ESTERILIDADE: ESTÉRIL; APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UN	1000	3000	R\$ 2,74	R\$ 8.220,00
55	487380	FIO DE SUTURA AGULHADO MATERIAL DO FIO: NYLON / POLIAMIDA INCOLOR; MODELO DO FIO: MONOFILAMENTAR; DIÂMETRO DO FIO: 5-0; COMPRIMENTO DO FIO: CERCA DE 45 CM; TIPO DE AGULHA: AGULHA 3/8 CÍRCULO; MODELO DA AGULHA: CORTANTE REVERSA/INVERTIDA; COMPRIMENTO DA AGULHA: CERCA DE 20 MM; ESTERILIDADE: ESTÉRIL; APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UN	37	110	R\$ 1,21	R\$ 133,10
56	631785	FITA HOSPITALARUSO CUTÂNEO; TIPO: ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL; MATERIAL DO DORSO: À BASE DE ALGODÃO E FIBRA SINTÉTICA; TIPO DE ADESIVO: SINTÉTICO, HIPOALERGÊNICO; LARGURA DA FITA: CERCA DE 10 MM; COR: C/ COR; APRESENTAÇÃO: ROLO C/ CAPA PROTETORA; ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL.	RO 4,5 M	189	568	R\$ 7,23	R\$ 4.106,64
		FITA HOSPITALAR TIPO: MICROPOROSA; MATERIAL DO DORSO: À BASE DE TECIDO NÃO TECIDO; TIPO DE ADESIVO: SINTÉTICO, HIPOALERGÊNICO;					

57	631747	LARGURA DA FITA: CERCA DE 100 MM; COR: C/ COR; APRESENTAÇÃO: ROLO S/ CAPA PROTETORA; ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL.	RO CERCA 4,5M	34	103	R\$ 6,73	R\$ 693,19
58	631735	FITA ADESIVA – USO CUTÂNEO; TIPO: MICROPOROSA; MATERIAL DORSO: À BASE DE TECIDO NÃO TECIDO; TIPO DE ADESIVO: SINTÉTICO, HIPOALERGÊNICO; LARGURA DA FITA: CERCA DE 50 MM; COR: C/ COR; APRESENTAÇÃO: ROLO C/ CAPA PROTETORA; ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL	Rolo 10M	24	72	R\$ 4,09	R\$ 294,48
59	223919	FITA MÉTRICA COSTURA MATERIAL: POLIÉSTER E FIBRA DE VIDRO; COMPRIMENTO: 150 CM; COR: BRANCA E AZUL	UN	40	120	R\$ 4,33	R\$ 519,60
60	279887	FRASCO - TIPO ALMOTOLIAMATERIAL: EM POLIETILENO (PLÁSTICO); TIPO BICO: BICO RETO, LONGO, ESTREITO, COM PROTETOR; TIPO TAMPA: TAMPA EM ROSCA; COR: ÂMBAR; CAPACIDADE: 250 ML	UN	137	412	R\$ 3,20	R\$ 1.318,40
61	620577	FRASCO COLETOR RESERVATÓRIO P/ COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA; MODELO: FRASCO; APLICAÇÃO: P/ FEZES; MATERIAL: POLÍMERO RÍGIDO TRANSPARENTE; VOLUME: CERCA DE 50 ML; FECHAMENTO: TAMPA PLÁSTICA; COMPONENTE: C/ CONSERVANTE, FILTROS E PÁ; ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL; USO ÚNICO	UN	462	1386	R\$ 2,89	R\$ 4.005,54
62	445576	GARROTE MATERIAL: FAIXA ELÁSTICA; COMPONENTE ADICIONAL: C/ SISTEMA DE TRAVA EM PLÁSTICO; TAMANHO: TAMANHO ADULTO; TIPO USO: REUTILIZÁVEL	UN	75	226	R\$ 8,21	R\$ 1.855,46
63	438929	GEL PARA EXAME MÉDICO; COMPOSIÇÃO: À BASE DE ÁGUA; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PH NEUTRO	FR 1000ML	47	142	R\$ 5,52	R\$ 783,84
64	428625	GORRO HOSPITALAR MATERIAL*: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO; MODELO: ELÁSTICO NUCA; COR*: SEM COR; GRAMATURA*: CERCA DE 30 G/M²; TAMANHO: ÚNICO; TIPO USO: DESCARTÁVEL; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1: HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA, UNISSEX	Embalagem 100 Unidade	299	896	R\$ 6,69	R\$ 5.994,24
65	481317	HASTE FLEXÍVEL MATERIAL HASTE: PLÁSTICO; MATERIAL PONTA: ALGODÃO; APLICAÇÃO: HIGIENE PESSOAL; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM 2 PONTAS	CX 75	59	176	R\$ 1,59	R\$ 279,84
66	437156	HIPOCLORITO DE SÓDIO ASPECTO FÍSICO: SOLUÇÃO AQUOSA, CONCENTRAÇÃO: ATÉ 2,5% DE CLORO ATIVO	1L	714	2141	R\$ 8,50	R\$ 18.198,50
		INDICADOR QUÍMICO APRESENTAÇÃO: FITA ADESIVA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA					

67	332343	ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, CLASSE: CLASSE I, TIPO USO: EXTERNO	UN	59	178	R\$ 4,67	R\$ 831,26
68	445300	LÂMINA BISTURI MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL; TAMANHO: Nº 11; TIPO: DESCARTÁVEL; ESTERILIDADE: ESTÉRIL; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMBALADA INDIVIDUALMENTE	UN	219	658	R\$ 0,30	R\$ 197,40
69	366903	LÂMINA BISTURI CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO: Nº 15, TIPO: DESCARTÁVEL	UN	273	818	R\$ 0,23	R\$ 188,14
70	361077	LÂMINA BISTURI CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO: Nº 20, TIPO: DESCARTÁVEL	UN	52	156	R\$ 0,28	R\$ 43,68
71	242918	LÂMINA BISTURI CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO: Nº 22, TIPO: DESCARTÁVEL	UN	80	239	R\$ 0,29	R\$ 69,31
72	481805	LENÇOL DESCARTÁVEL USO HOSPITALAR MATÉRIA PRIMA: 100% POLIPROPILENO, NÃO TECIDO TNT; GRAMATURA 1: CERCA DE 30 G/M²; DIMENSÕES: CERCA DE 70 CM X 50 M; APRESENTAÇÃO 1: EM ROLO	UN	33	98	R\$ 8,85	R\$ 867,30
73	481806	LENÇOL DESCARTÁVEL USO HOSPITALAR MATÉRIA PRIMA: 100% POLIPROPILENO, NÃO TECIDO TNT; GRAMATURA 1: CERCA DE 40 G/M²; DIMENSÕES: CERCA DE 50 CM X 50 M; APRESENTAÇÃO 1: EM ROLO	UN	89	268	R\$ 6,25	R\$ 1.675,00
74	620076	LUVA CIRÚRGICA APRESENTAÇÃO: LUBRIFICADA C/ PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, EMBALAGEM: CONFORME NORMA ABNT C/ ABERTURA ASSÉPTICA, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, FORMATO: ANATÔMICO, MATERIAL: LÁTEX NATURAL, TAMANHO: 7, TIPO USO: DESCARTÁVEL	PAR	67	200	R\$ 1,20	R\$ 240,00
75	620077	LUVA CIRÚRGICA APRESENTAÇÃO: LUBRIFICADA C/ PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, EMBALAGEM: CONFORME NORMA ABNT C/ ABERTURA ASSÉPTICA, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, FORMATO: ANATÔMICO, MATERIAL: LÁTEX NATURAL, TAMANHO: 7,50, TIPO USO: DESCARTÁVEL	PAR	59	176	R\$ 1,22	R\$ 214,72
76	619840	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO C/ ANVISA; MATERIAL: BORRACHA NATURAL – LÁTEX; SUPERFÍCIE: SUPERFÍCIE LISA; FORMATO: AMBIDESTRA; PÓ: COM PÓ BIOABSORVÍVEL; COR: C/ COR; TAMANHO: PEQUENO – P; ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL; USO ÚNICO	Embalagem 100 Unidade	16	47	R\$ 18,93	R\$ 889,71

77	389556	MONITOR PORTÁTIL OPERAÇÃO: DIGITAL; TIPO AMOSTRA: SANGUE CAPILAR; TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE GLICOSE; FAIXA DE OPERAÇÃO: ATÉ 600 MG/DL; TEMPO RESPOSTA: ATÉ 10 S; MEMÓRIA: 250 A 500 TESTES	UN	103	308	R\$ 60,45	R\$ 18.618,60
78	414539	OTOSCÓPIO LED; LENTE GIRATÓRIA MÍNIMO DE 2 X; MODELO: COM VISOR SOBRESSALENTE; COMPONENTES: 8 ESPÉCULOS REUSÁVEIS; TIPO CONECTOR: CONEXÃO PARA OTOSCOPIA PNEUMÁTICA; TIPO PROTEÇÃO: ESTOJO PRÓPRIO; ALIMENTAÇÃO: 2 PILHAS	UN	15	46	R\$ 220,00	R\$ 10.120,00
79	441983	OXÍMETRO USO MÉDICO; TIPO: DEDO; FAIXA DE MEDIÇÃO DA SATURAÇÃO: 0 A 100%; FAIXA DE MEDIÇÃO DO PULSO: CERCA DE 20 A 250 BPM; AUTONOMIA DO SISTEMA: CERCA DE 24 H; ALIMENTAÇÃO: PILHA; ACESSÓRIOS: COM SENSOR.	UN	9	28	R\$ 57,00	R\$ 1.596,00
80	412639	PORTA LÂMINA MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: ATÉ 3 LÂMINAS, TIPO TAMPA: TAMPA ROSQUEÁVEL, ADICIONAL: COM DIVISÓRIAS.	UN	875	2624	R\$ 0,51	R\$ 1.338,24
81	373715	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5 CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SOLUÇÃO PARA FIXAÇÃO DE LÂMINA, COMPOSIÇÃO BÁSICA: À BASE DE ÁLCOOL ETÍLICO E POLIETILENOGLICOL	FR 100ML	14	43	R\$ 9,34	R\$ 401,62
82	339565	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5 TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE GLICOSE; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CAPILAR; APRESENTAÇÃO: TIRA	UN	1191	3572	R\$ 0,40	R\$ 1.428,80
83	442451	RÉGUA ANTROPOMÉTRICA DISPOSITIVO PARA MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS; TIPO: RÉGUA – INFANTÔMETRO HORIZONTAL; MATERIAL: ALUMÍNIO ANODIZADO; ESCALA DE GRADUAÇÃO: COM ESCALA MÉTRICA – MM E CM; FAIXA DE MEDIÇÃO: CERCA DE 1,0 M; COMPONENTE II: COM CURSOR FIXO E DESLIZANTE.	UN	40	120	R\$ 155,40	R\$ 18.648,00
84	356257	SACO PLÁSTICO LIXO Capacidade: 100 L, Cor: Branca, Características Adicionais: Reforçado, Aplicação: Hospitalar	Embalagem 100 Unidade	3	8	R\$ 27,40	R\$ 219,20
85	345588	SACO PLÁSTICO LIXO CAPACIDADE: 30 L; LARGURA: 59 CM; ALTURA: 62 CM; ESPESSURA: 7 MICRA; COR: BRANCO LEITOSO; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM INSCRIÇÃO CONFORME MODELO E SOLDA CONTÍNUA; APLICAÇÃO: COLETA DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	Embalagem 100 Unidade	4	13	R\$ 20,83	R\$ 270,79
86	394448	SACO PLÁSTICO LIXO MATERIAL: POLIETILENO ALTA DENSIDADE; CAPACIDADE: 50 L; LARGURA: 53 CM; ALTURA: 80 CM; ESPESSURA: 0,08 MM; COR: BRANCO LEITOSO; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:		3	8	R\$ 18,12	R\$ 144,96

		PEÇA ÚNICA / SUPORTA 10 KG / IDENTIFICADO / ETIQUETADO; APLICAÇÃO: COLETA DE RESÍDUOS INFECTANTES	Embalagem 100 Unidade				
87	439711	SERINGA MATERIAL: POLIPROPILENO; CAPACIDADE: 20 ML; TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP; TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA; ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA; TIPO AGULHA: C/ AGULHA 22 G X 1"; COMPONENTE ADICIONAL: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR /32; ESTERILIDADE: ESTÉRIL; DESCARTÁVEL; APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	524	1572	R\$ 0,49	R\$ 770,28
88	439698	SERINGA MATERIAL: POLIPROPILENO; CAPACIDADE: 5 ML; TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP; TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA; ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA; TIPO AGULHA: C/ AGULHA 22 G X 1"; COMPONENTE ADICIONAL: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR /32; ESTERILIDADE: ESTÉRIL; DESCARTÁVEL; APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	1772	5317	R\$ 0,28	R\$ 1.488,76
89	443468	SERINGA MATERIAL: POLIPROPILENO; CAPACIDADE: 1 ML; TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP; TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA; ADICIONAL: GRADUADA (ESCALA ML), NUMERADA; TIPO AGULHA: C/ AGULHA 26 G X 1/2"; ESTERILIDADE: ESTÉRIL; DESCARTÁVEL; APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	12000	36000	R\$ 0,18	R\$ 6.480,00
90	439663	SERINGA MATERIAL: POLIPROPILENO; CAPACIDADE: 1 ML; TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP; TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA; ADICIONAL: GRADUADA (ESCALA UI), NUMERADA; TIPO AGULHA: C/ AGULHA 30 G X 1/2"; COMPONENTE ADICIONAL: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32; ESTERILIDADE: ESTÉRIL; DESCARTÁVEL; APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	12000	36000	R\$ 0,34	R\$ 12.240,00
91	439681	SERINGA MATERIAL: POLIPROPILENO; CAPACIDADE: 3 ML; TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP; TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA; ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA; TIPO AGULHA: C/ AGULHA 22 G X 1"; COMPONENTE ADICIONAL: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR /32; ESTERILIDADE: ESTÉRIL; DESCARTÁVEL; APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	1794	5382	R\$ 0,20	R\$ 1.076,40
92	435976	SONDA TRATO URINÁRIO MODELO: URETRAL; MATERIAL: POLIURETANO; CALIBRE: 12 FRENCH; CONECTOR: CONECTOR PADRÃO; COMPRIMENTO: CERCA DE 40 CM; TIPO PONTA: PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA; COMPONENTES: C/ ORIFÍCIOS LATERAIS; ADICIONAIS: LUBRIFICADA; ESTERILIDADE: ESTÉRIL; DESCARTÁVEL; EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	424	1271	R\$ 11,02	R\$ 14.006,42

93	435801	TERMÔMETRO CLÍNICO AJUSTE: DIGITAL; ESCALA: ATÉ 45 °C; TIPO*: USO AXILAR E ORAL; COMPONENTES: C/ ALARMES; MEMÓRIA: MEMÓRIA ÚLTIMA MEDIÇÃO; EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	26	79	R\$ 10,53	R\$ 831,87
94	605137	VESTIMENTA HOSPITALAR; TIPO: AVENTAL / CAMISOLA / BATA; ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL; DESCARTÁVEL; MATERIAL: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO – TIPO SMS; GRAMATURA: CERCA DE 50 G/M²; TIPO DE MANGA: SEM MANGA; MODELO CAMISOLA: AJUSTÁVEL COM ABERTURA NA FRENTE OU COSTAS; TAMANHO: ADULTO GRANDE (G); CARACTERÍSTICA: COM COR; UNISSEX	UN	700	2100	R\$ 3,73	R\$ 7.833,00
95	332727	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo: Conjunto Completo Para Automação , Tipo De Análise: Quantitativo De Beta Hcg , Método: Elisa , Apresentação: Teste	UN	3919	11758	R\$ 0,54	R\$ 6.349,32
96	605130	VESTIMENTA HOSPITALAR; TIPO: AVENTAL / CAMISOLA / BATA; ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL; DESCARTÁVEL; MATERIAL: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO – TIPO SMS; GRAMATURA: CERCA DE 30 G/M²; TIPO DE MANGA: SEM MANGA; MODELO CAMISOLA: AJUSTÁVEL COM ABERTURA NA FRENTE OU COSTAS; TAMANHO: ADULTO MÉDIO (M); CARACTERÍSTICA: COM COR; UNISSEX.	UN	175	524	R\$ 2,36	R\$ 1.236,64
97	619841	Luva P/ Procedimento De Saúde Não Cirúrgico C/ Anvisa Material: Borracha Natural - Látex , Superfície: Superfície Lisa , Formato: Ambidestra , Pó: Com Pó Bioabsorvível , Cor: C/ Cor , Tamanho: Médio - M , Esterilidade: Não Estéril, Uso Único	Embalagem 100 Unidade	194	580	R\$ 18,99	R\$ 11.014,20
98	619842	Luva P/ Procedimento De Saúde Não Cirúrgico C/ Anvisa Material: Borracha Natural - Látex , Superfície: Superfície Lisa , Formato: Ambidestra , Pó: Com Pó Bioabsorvível , Cor: C/ Cor , Tamanho: Grande - G , Esterilidade: Não Estéril, Uso Único	Embalagem 100 Unidade	24	71	R\$ 18,99	R\$ 1.348,29
VALOR TOTAL							R\$ 419.170,36

Para os itens 14 e 15, tem margem de preferência de 10%.

ITEM COTA RESERVADA							
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PERCENTUAL COTA RESERVADA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
14	375694	BALANÇA CAPACIDADE: 200 KG; PESO: 3,5 KG; DIMENSÃO DA PLATAFORMA: 29 X 29 CM; ALIMENTAÇÃO: 4 PILHAS AA; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FUNÇÃO	UNIDADE	15	12,5%	R\$ 765,00	

		MÃE/FILHO, AUTOMÁTICA/MANUAL, PISO BORRACHA; MODELO: DIGITAL, BOLSA PARA TRANSPORTE					R\$ 11.475,00
--	--	---	--	--	--	--	------------------

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.
- 2.3. O Sistema de Registro de Preços será adotado nos termos do Art. 3º, inciso II, do Decreto nº 11.462/2023:
- 2.3.1. "II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa."

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Lei nº 6.360, de 1976 (Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências);

4.1.2 Decreto nº 8.077, de 2013 (Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, bem como o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências);

4.1.3. Portaria nº 384, de 18 de dezembro de 2020, do INMETRO (Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária – Consolidado);

4.1.4 Resolução RDC Anvisa nº 549, de 30 de agosto de 2021 (Dispõe sobre os procedimentos para certificação compulsória dos equipamentos sob regime de Vigilância Sanitária);

4.1.5 Os materiais médico-hospitalares (MMH) adquiridos devem, sempre que possível, possuir certificação ambiental reconhecida, tais como selos de sustentabilidade ou outras garantias de menor impacto ambiental durante todo o seu ciclo de vida, desde a produção até o descarte adequado;

4.1.6 Deverá ser priorizada a aquisição de produtos que utilizem embalagens recicláveis ou biodegradáveis, bem como daqueles que apresentem menor impacto ambiental no processo de descarte;

4.1.7 Será exigida a apresentação de comprovação de práticas sustentáveis por parte dos fornecedores, tais como a utilização de processos produtivos com menor emissão de carbono ou a adoção de sistemas adequados de gestão de resíduos industriais;

4.1.8 Os produtos adquiridos deverão atender integralmente às normas técnicas e sanitárias vigentes, assegurando a qualidade e a segurança no uso pelas equipes de saúde;

4.1.9 Sempre que viável, deverão ser priorizados fornecedores locais ou regionais, com o objetivo de reduzir o impacto ambiental decorrente do transporte e fortalecer a economia regional, em conformidade com as diretrizes de sustentabilidade previstas no Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Saúde;

4.1.10 A aquisição deverá considerar o ciclo de vida completo dos materiais, desde a sua produção até o descarte final adequado, observando as práticas estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305, de 2010;

4.1.11 O contrato deverá prever cláusulas específicas que assegurem a responsabilidade do fornecedor pelo recolhimento e pelo descarte ambientalmente adequado dos resíduos provenientes dos materiais, quando aplicável;

4.1.12 Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e aquelas previstas no presente Termo de Referência, prevalecerão as disposições deste último;

4.1.13 Os produtos entregues deverão conter todas as informações pertinentes em língua portuguesa, conforme forma e conteúdo aprovados pela ANVISA/MS, devendo a data de validade e o número do lote estar impressos ou gravados em todas as unidades de apresentação do produto (caixa, frasco, envelope, entre outros);

4.1.14 A CONTRATADA deverá efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, de acordo com as especificações, prazos e locais estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhada da respectiva nota fiscal, na qual deverão constar, obrigatoriamente, as informações referentes ao fabricante, lote, data de fabricação e data de validade;

4.1.15 Cada lote do produto deverá apresentar prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega. Justificativa: A exigência de validade mínima de 12 (doze) meses visa evitar substituições ou

descartes prematuros decorrentes de vencimentos próximos, promovendo a economia de recursos públicos e a otimização do investimento realizado;

4.1.16 Não será aceita carta de compromisso por parte da CONTRATADA para fins de aceitação de produtos com prazo de validade inferior ao estipulado no subitem anterior;

4.1.17 Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para fins de posterior verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada; e

4.1.18 Caso as verificações sejam consideradas insatisfatórias, será lavrado Termo de Recusa e Devolução, no qual serão registradas as desconformidades em relação às especificações deste Termo de Referência, hipótese em que o (s) material(is) será(ão) rejeitado(s), devendo ser substituído(s) no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.4. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.4.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.4.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.4.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender às quantidades ou às condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

4.4.4 Para o item 14, serão reservados 12,5% (doze e meio por cento) para microempresas e empresas de pequeno porte.

Margem de Preferência

4.5. Os itens 14 e 15 da contratação enquadram-se na margem de preferência normal de 10%, prevista no Decreto nº 11.889, de 22 de janeiro de 2024, conforme disposto na Resolução n.º CIIA-PAC/CC nº 3, de 28 de julho de 2025, da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1 A assinatura do contrato será feita por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, ao qual o representante legal do adjudicatário deverá realizar prévio cadastro no endereço eletrônico: sei.saude.gov.br/externo para liberação de acesso para assinatura eletrônica, sendo o prazo de assinatura de 2 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação.

5.2 O prazo de entrega dos itens será contado a partir da data de recebimento da nota de empenho e solicitação feita por um profissional da equipe do DSEI/MGES indicado por ele, devidamente identificado e autorizado pelo DSEI /MGES contendo a relação dos itens e suas respectivas quantidades, em remessa parcelada, sendo:

5.3. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1º	50% para todos os itens	30 dias a partir do envio da nota de empenho
2º	50% para todos os itens	30 dias a partir do envio da nota de empenho

5.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.5. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Brasil, nº 4550, Bairro Santa Terezinha, CEP: 35030-070, Governador Valadares – MG, no horário de 08:00 às 12:00 e 14:00 às 16:30 horas.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

- 6.17. Cabe ao gestor do contrato:
- 6.17.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.17.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.17.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.17.4 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima, alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos

pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5.o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. Prazo de pagamento.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária. Forma de pagamento.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contados do envio da proposta no momento do certame.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA /IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Critérios de aceitabilidade de preços

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29.1 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.29.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.29.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.30. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.31. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.32. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.33. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.34. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 419.170,36 (quatrocentos e dezenove mil, cento e setenta reais e trinta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Não foram detectadas informações sensíveis que mereçam tratamento especial quanto à sua divulgação e publicidade, em conformidade com a Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Não se aplica

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WALLACE ROCHA SIQUEIRA

Chefe da DIASI



Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 15:14:36.

ALTEMAR RODRIGUES MARQUES

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 14:52:31.

MAURO CESAR LOUZADA

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 17:03:49.

CELIO CEZAR FERREIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 17:31:03.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Apendice I - Estudo Tecnico Preliminar.pdf (864.78 KB)
- Anexo II - Apendice II - Modelo de Proposta.pdf (174.5 KB)
- Anexo III - Apendice III - Modelo de planilha de custos.pdf (158.13 KB)
- Anexo IV - Apendice IV - Declaracao de conhecimento geral.pdf (85.52 KB)

DIST. SANT. ESP. INDIGENA

Estudo Técnico Preliminar 41/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 25047.002412/2025-35

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente necessidade tem por finalidade assegurar a manutenção contínua e adequada dos estoques de materiais médico-hospitalares (MMH), indispensáveis à execução das ações de atenção à saúde no âmbito do Distrito Sanitário Especial Indígena de Minas Gerais e Espírito Santo (DSEI/MGES).

2.2. Os insumos são essenciais ao funcionamento regular das Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI), dos Polos Base, das Casas de Saúde Indígena (CASAI) e das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), viabilizando ações assistenciais, preventivas, de vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental, em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) e com os princípios da universalidade, equidade e integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

2.3. O modelo de organização da saúde indígena, estruturado por meio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), constitui subsistema do SUS voltado ao atendimento de populações com especificidades culturais, geográficas e epidemiológicas, demandando modelo assistencial diferenciado, nos termos da Constituição Federal e das Leis nº 8.080/1990 e nº 9.836/1999.

2.4. O DSEI/MGES possui rede assistencial descentralizada composta por 26 Polos Base Tipo I, 03 Polos Base Tipo II, 03 Casas de Saúde Indígena (CASAI), 01 Escritório Local, 34 Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) e 01 equipe volante destinada ao atendimento das demandas da ADPF nº 709, prestando assistência a aproximadamente 19.527 indígenas distribuídos em 101 aldeias.

2.5. As Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena executam atividades administrativas, assistenciais e de saúde pública, incluindo vigilância epidemiológica e ambiental, atendimento médico, de enfermagem e odontológico, imunização, controle de doenças, acompanhamento de pacientes, educação em saúde, saneamento básico e gestão de insumos.

2.6. A adequada provisão de materiais médico-hospitalares é indispensável para assegurar a continuidade das ações de saúde, evitando desassistência, interrupção de tratamentos, agravamento de quadros clínicos e aumento da morbimortalidade evitável.

2.7. A criticidade da demanda é ampliada pela dispersão territorial das aldeias, pelas dificuldades logísticas de acesso e pela limitação de reposição emergencial de insumos, circunstâncias que tornam imprescindíveis o planejamento adequado e o abastecimento contínuo.

2.8. A eventual indisponibilidade desses materiais compromete diretamente a execução de procedimentos assistenciais, o controle de agravos e a segurança de pacientes e profissionais, podendo ocasionar prejuízos à efetividade das ações de saúde e à garantia do direito fundamental à saúde.

2.9. A manutenção regular dos estoques contribui para a continuidade dos serviços, melhoria da qualidade do atendimento, mitigação de riscos assistenciais, redução de medidas emergenciais mais onerosas e fortalecimento da confiança das comunidades indígenas nos serviços prestados.

2.10. Nesse contexto, a disponibilidade contínua desses insumos revela-se medida essencial para assegurar a eficiência administrativa, a economicidade e a satisfação do interesse público, em consonância com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

2.11. Assim, a presente necessidade caracteriza-se como indispensável à execução das políticas públicas de saúde indígena, configurando dever institucional, legal e ético da Administração Pública voltado à proteção da vida, à promoção da saúde e à garantia da dignidade das populações indígenas atendidas pelo DSEI/MGES.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Atenção à Saúde Indígena	Wallace Ferreira Rocha

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e no Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Saúde:

4.1.1. Os materiais médico-hospitalares deverão atender às normas técnicas vigentes da ANVISA, ABNT e INMETRO, garantindo segurança sanitária, qualidade e desempenho adequado ao uso assistencial;

4.1.2. Os produtos deverão possuir, sempre que aplicável, certificações ambientais ou comprovação de conformidade com critérios de sustentabilidade, incluindo redução de substâncias tóxicas e uso de materiais menos agressivos ao meio ambiente;

4.1.3. As embalagens deverão ser, preferencialmente, recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis, devendo o fornecedor adotar práticas de redução de resíduos e logística reversa, quando aplicável;

4.1.4. Deverão ser observadas práticas que minimizem a geração de resíduos de serviços de saúde, conforme legislação ambiental vigente, especialmente quanto à destinação final ambientalmente adequada;

4.1.5. Os produtos deverão apresentar prazo de validade compatível com o consumo estimado, de forma a evitar desperdícios e descarte prematuro;

4.1.6. Sempre que possível, deverá ser priorizado o fornecimento de produtos com maior durabilidade, eficiência e menor impacto ambiental ao longo de seu ciclo de vida;

4.1.7. O fornecedor deverá adotar boas práticas de transporte e armazenamento, garantindo a integridade dos produtos e reduzindo riscos de perdas e danos;

4.1.8. Deverão ser observados critérios de sustentabilidade social, incluindo o cumprimento de normas trabalhistas, vedação ao trabalho infantil e condições dignas de trabalho.

4.1.9. A presente contratação observa o **princípio da padronização**, com base nas especificações constantes no Catálogo de Materiais (CATMAT), visando garantir compatibilidade técnica, eficiência operacional, segurança assistencial e racionalização do uso dos insumos no âmbito das unidades de saúde do DSEI/MGES.

4.1.10. Quando aplicável, será utilizado o **catálogo eletrônico de padronização do Governo Federal**, em conformidade com as diretrizes da Administração Pública. Nos casos em que não for possível sua utilização, as especificações serão definidas com base em critérios técnicos compatíveis com as necessidades assistenciais.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas ou modelos específicos, devendo os produtos atender às especificações técnicas e padrões de qualidade definidos no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, de forma a garantir a ampla competitividade.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Considerando que não há, no presente processo, justificativa técnica que fundamente a vedação de marcas ou produtos específicos, a Administração não estabelecerá restrições dessa natureza, devendo os licitantes observar integralmente as especificações técnicas, normas sanitárias e requisitos de qualidade definidos no Termo de Referência.

4.3.1. Produtos que não possuam registro ou regularização junto à ANVISA, quando aplicável;

4.3.2. Produtos reconicionados, reutilizados ou fora das especificações técnicas exigidas;

4.3.3. Produtos com prazo de validade inferior ao mínimo estabelecido no Termo de Referência.

Subcontratação

4.16. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.19. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões:

4.19.1. A não exigência de garantia justifica-se pela natureza do objeto, consistente no fornecimento de materiais médico-hospitalares, caracterizado como aquisição de bens comuns, com especificações objetivas, baixa complexidade executiva e riscos contratuais ordinários, que não demandam a adoção de garantia como mecanismo adicional de mitigação.

4.19.2. Considera-se, ainda, que os riscos inerentes à contratação são adequadamente tratados por outros instrumentos de controle já previstos, tais como definição precisa das especificações do objeto, critérios de recebimento, fiscalização contratual, aplicação de sanções administrativas em caso de inadimplemento, além do pagamento condicionado ao efetivo fornecimento e ao recebimento em conformidade dos materiais.

4.19.3. A exigência de garantia, no presente caso, poderia representar ônus adicional desnecessário aos licitantes, com potencial impacto na competitividade do certame e nos custos da contratação, sem benefício proporcional para a Administração.

4.19.4. Diante disso, conclui-se que a não exigência de garantia contratual mostra-se medida adequada, suficiente e proporcional às características e aos riscos da contratação.

Princípio da Padronização

4.20. Em observância ao princípio da padronização, previsto no art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação observará especificações técnicas padronizadas para os materiais médico-hospitalares, com definição objetiva de características de desempenho, qualidade, apresentação, unidades de fornecimento e requisitos sanitários aplicáveis.

4.21. A adoção da padronização justifica-se pela necessidade de assegurar uniformidade dos insumos utilizados nas ações de atenção à saúde, compatibilidade com rotinas assistenciais, maior eficiência na gestão de estoques, racionalização das aquisições e redução de riscos relacionados ao uso de materiais com especificações divergentes.

4.22. A padronização também contribui para garantir maior previsibilidade no abastecimento, facilitar a comparação objetiva entre propostas e promover economicidade, sem prejuízo da competitividade do certame.

Não utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização.

4.23. Em atendimento ao art. 19, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, foi analisada a aplicabilidade do Catálogo Eletrônico de Padronização disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

4.24. O Catálogo Eletrônico de Padronização constitui instrumento destinado à uniformização de especificações de bens e serviços e à racionalização das contratações públicas. Contudo, após verificação do catálogo vigente, constatou-se que não há item padronizado que contemple integralmente as especificidades do conjunto de materiais médico-hospitalares pretendidos nesta contratação, especialmente em razão da diversidade dos insumos, multiplicidade de itens, requisitos técnicos e sanitários próprios, bem como das necessidades assistenciais específicas do Distrito Sanitário Especial Indígena de Minas Gerais e Espírito Santo (DSEI/MGES).

4.25. Ademais, o objeto demanda especificações próprias definidas conforme protocolos assistenciais, perfil epidemiológico atendido, padronização institucional dos insumos e critérios técnicos de utilização, circunstâncias que inviabilizam, no presente caso, a adoção integral de item padronizado disponível no catálogo.

4.26. Diante disso, justifica-se a não utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização para a presente contratação, sem prejuízo da observância do princípio da padronização e das demais diretrizes normativas aplicáveis.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Identificação das Soluções

5.1.1 Foram identificadas, no mercado, soluções tecnológicas e operacionais capazes de atender à necessidade de abastecimento de materiais médico-hospitalares no âmbito do DSEI/MGES, considerando critérios de eficiência, economicidade, qualidade, sustentabilidade e viabilidade operacional.

5.2. Solução 1 – Aquisição Direta de Materiais Médico-Hospitalares

5.2.1. A aquisição direta de insumos, por meio de procedimento licitatório e contratação de fornecedores especializados, constitui a modalidade tradicional adotada pela Administração Pública para o suprimento de materiais médico-hospitalares.

5.2.2. Permite controle direto sobre especificações técnicas, quantitativos, prazos de entrega e condições de fornecimento, em conformidade com a legislação vigente.

- **Vantagens:** assegura previsibilidade no abastecimento; possibilita controle direto da qualidade dos produtos, mediante exigência de conformidade com normas da ANVISA, INMETRO e ABNT; favorece economia de escala; e permite a inserção de critérios de sustentabilidade no processo de contratação.
- **Desvantagens:** exige maior capacidade logística e de armazenamento; e pode apresentar riscos de perdas por vencimento, caso não haja planejamento adequado do consumo.
- **Adequação:** compatível com as exigências legais e regulatórias, permitindo a inclusão de critérios de sustentabilidade conforme a Lei nº 14.133/2021 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
- **Viabilidade:** ALTA, considerando a ampla disponibilidade de fornecedores, a aderência às práticas consolidadas da Administração Pública e a compatibilidade com a estrutura operacional do DSEI.

5.3. Solução 2 – Locação de Kits Médico-Hospitalares com Reposição Programada

5.3.1 Consiste na contratação de fornecedores que disponibilizam kits médico-hospitalares com reposição automática ou consignação conforme o consumo.

- **Vantagens:** reduz a necessidade de manutenção de estoques elevados; minimiza perdas por vencimento; e possibilita reposição ajustada à demanda.
- **Desvantagens:** apresenta custo unitário superior; gera dependência de fornecedor; e pode comprometer a continuidade do fornecimento em situações de aumento abrupto da demanda.
- **Adequação:** alinhada a práticas de sustentabilidade, especialmente no contexto de redução de desperdícios.

- **Viabilidade:** MÉDIA, em razão do maior custo e da menor disseminação no setor público.

5.4. Solução 3 – Contratação de Solução Integrada de Gestão de Estoques

5.4.1. Envolve a contratação de empresa especializada para fornecimento e gestão integrada dos estoques, incluindo sistemas informatizados, rastreabilidade e logística programada.

- **Vantagens:** melhora o planejamento do consumo; amplia a rastreabilidade; e fortalece a governança.
- **Desvantagens:** elevada complexidade de implementação; necessidade de maior capacidade técnica para gestão contratual; e custos iniciais mais elevados.
- **Adequação:** permite incorporação estruturada de critérios de sustentabilidade.
- **Viabilidade:** MÉDIA, considerando a complexidade operacional e os custos envolvidos.

5.5. Escolha da Melhor Solução

5.5.1. Considerando a natureza contínua da demanda, as especificidades logísticas do território indígena e a necessidade de garantir regularidade no abastecimento, conclui-se que a alternativa mais adequada é a **Solução 1 – Aquisição Direta de Materiais Médico-Hospitalares**, por meio de pregão eletrônico, preferencialmente com utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP).

5.5.2. Essa solução proporciona maior previsibilidade, controle da qualidade dos insumos, conformidade regulatória e flexibilidade na gestão dos quantitativos, permitindo aquisições conforme a demanda real.

5.5.3. As demais soluções, embora apresentem vantagens específicas, não se mostram integralmente adequadas ao contexto do DSEI/MGES, seja pelo maior custo, seja pela complexidade operacional ou pela dependência de fornecedores.

5.6. Forma de Seleção do Fornecedor

5.6.1. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço. Essa modalidade assegura ampla competitividade, transparência, economicidade e padronização do processo, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

5.6.2. A utilização do Sistema de Registro de Preços permitirá aquisições fracionadas, conforme a demanda, contribuindo para a redução de perdas e para a mitigação de riscos de desabastecimento.

5.7. Adequação da Solução

5.7.1. A solução escolhida apresenta plena adequação às necessidades do DSEI/MGES, considerando aspectos técnicos, operacionais e econômicos. Permite o atendimento integral das demandas assistenciais, assegura a continuidade dos serviços de saúde e está alinhada às diretrizes legais e institucionais aplicáveis.

5.8. Modalidade, Critério e Modo de Disputa

5.8.1. A escolha pela modalidade pregão eletrônico justifica-se pela natureza comum dos bens a serem adquiridos, cujas especificações são objetivas e amplamente disponíveis no mercado.

5.2.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, com modo de disputa aberto, garantindo maior competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Descrição da Solução Escolhida

6.1.1. A solução adotada para atender à necessidade do DSEI Minas Gerais e Espírito Santo consiste na aquisição direta de materiais médico-hospitalares essenciais, realizada por meio de pregão eletrônico, com critério de julgamento baseado no menor preço, operacionalizada preferencialmente pelo Sistema de Registro de Preços (SRP). Essa modalidade foi selecionada após análise detalhada do mercado, que identificou fornecedores especializados,

com capacidade logística adequada, regularidade sanitária e conformidade com normas técnicas vigentes, assegurando previsibilidade, economicidade e sustentabilidade ao processo de aquisição.

6.1.2. O objeto da contratação abrange o fornecimento contínuo e regular de materiais médico-hospitalares de uso geral e específico, indispensáveis à execução da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI). Os insumos contemplam desde itens básicos — como luvas, seringas, gases e cateteres — até materiais de suporte emergencial, tais como kits de primeiros socorros, máscaras N95, ataduras, além de produtos de assepsia, como álcool 70%, clorexidina e desinfetantes hospitalares.

6.1.3. A execução do contrato será realizada por empresas especializadas do setor hospitalar, com capacidade comprovada para fornecimento regular e em estrita conformidade com as normas técnicas e sanitárias aplicáveis. Considerando que o Ministério da Saúde não dispõe de meios próprios para produção e distribuição desses insumos, a contratação externa mostra-se indispensável para garantir a continuidade, qualidade e segurança no atendimento das demandas assistenciais.

6.1.4. Assim, a solução proposta articula a necessidade institucional, a viabilidade técnica e operacional, bem como a conformidade jurídica e econômica, configurando-se como a alternativa mais vantajosa para atender ao DSEI Minas Gerais e Espírito Santo com eficiência, transparência e sustentabilidade.

6.2. Modalidade de Contratação

6.2.1. A modalidade escolhida para viabilizar a contratação é o Pregão Eletrônico, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que se trata de bens classificados como comuns, com parâmetros objetivos de comparação e ampla oferta no mercado. O fornecedor será selecionado por meio de licitação na forma eletrônica, com julgamento pelo critério de menor preço, assegurando competitividade e economicidade. A contratação tem como finalidade garantir o abastecimento contínuo e a manutenção adequada dos estoques de materiais médico-hospitalares, indispensáveis ao atendimento das comunidades indígenas vinculadas ao Distrito Sanitário Especial Indígena de Minas Gerais e Espírito Santo (DSEI/MGES).

6.2.2. Os materiais médicos-hospitalares serão entregues no seguinte endereço:

Endereço de Entrega	Horário de Funcionamento
Distrito Sanitário Especial Indígena Minas Gerais e Espírito Santo Avenida Brasil, nº 4550, Bairro Santa Terezinha, CEP: 35030-070, Governador Valadares - MG	Segunda a sexta-feira. 08:00 às 12:00 14:00 às 16:30

6.2.3. Conforme cronograma abaixo:

Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1º	50% para todos os itens	30 dias a partir do envio da nota de empenho
2º	50% para todos os itens	30 dias a partir do envio da nota de empenho

6.3. Data e período de Execução

6.3.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogada por igual período, uma vez, com a renovação integral do saldo registrado.

6.3.2. A execução contratual será realizada pelo período estimado de 12 meses, com início a partir da assinatura do contrato, que será formalizada por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI. Admite-se a possibilidade de renovações, considerando que se trata de fornecimento de caráter continuado.

6.3.3. Todos os itens serão entregues de forma parcelada, respeitando o cronograma estabelecido no contrato, garantindo o fornecimento contínuo e regular conforme a necessidade da contratante.

6.4. Regime de Execução

6.4.1. O fornecimento será executado sob o regime de empreitada por preço unitário, em razão da aquisição dos materiais médico-hospitalares por item individualizado, com quantidades variáveis ao longo do contrato, conforme as oscilações e demandas institucionais. Tal regime permite a adequada flexibilidade para atendimento contínuo e ininterrupto das necessidades assistenciais, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro e a eficiência na gestão contratual.

6.5. Exigências de manutenção, suporte e assistência técnica

6.5.1. Todos os materiais objeto desta contratação deverão possuir registro válido junto à ANVISA, em conformidade com a legislação vigente, Lei nº 6.360, de 1976, e Decreto nº 8.077, de 2013.

6.5.2. Adicionalmente, os materiais deverão atender à Norma Regulamentadora NR 32/ABNT e às normas da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumprindo os requisitos de avaliação da conformidade e as especificações para o selo de identificação da conformidade para equipamentos sob regime de vigilância sanitária consolidado.

6.5.3. Serão priorizados fornecedores que adotem práticas sustentáveis, incluindo a logística reversa, utilização de embalagens recicláveis ou biodegradáveis, bem como a comprovação de medidas de eficiência logística, tais como a redução das emissões de carbono durante o transporte e armazenamento dos materiais.

6.5.4. Será exigida validade mínima de 12 meses para os insumos no momento da entrega, a fim de mitigar riscos de perdas, desperdícios e garantir a segurança terapêutica dos usuários.

6.5.5. O processo licitatório observará a vedação de indicação de marcas ou modelos específicos, salvo em situações de justificativa técnica excepcional, conforme disposto no artigo 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, assegurando a competitividade e a transparência na contratação.

6.5.6. Dessa forma, A solução adotada responde diretamente aos riscos de desabastecimento que impactam a saúde indígena, garantindo o fluxo contínuo de insumos, mesmo em localidades de difícil acesso. Alinha-se aos princípios da universalidade, equidade e integralidade do SUS e aos fundamentos da PNASPI, aperfeiçoando o atendimento especializado.

6.5.7. O modelo contratual, baseado na aquisição direta via pregão eletrônico, preferencialmente pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), complementado por contratos de fornecimento contínuo quando necessário, assegura segurança sanitária, eficiência logística, economicidade, sustentabilidade e continuidade do atendimento em saúde indígena, promovendo regularidade, qualidade e credibilidade junto às comunidades atendidas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades de materiais médico-hospitalares a serem contratadas foi elaborada com base em critérios técnicos, operacionais e epidemiológicos, considerando o universo assistencial atendido pelo Distrito Sanitário Especial Indígena de Minas Gerais e Espírito Santo (DSEI/MGES), que compreende aproximadamente 19.527 indígenas distribuídos em 101 aldeias, assistidos por 34 Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), com apoio de 36 Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI), 26 Polos Base Tipo I, 03 Polos Base Tipo II e 03 Casas de Saúde Indígena (CASAI).

7.2. A metodologia adotada para o dimensionamento dos quantitativos considerou o consumo histórico mensal e anual dos insumos, extraído do Sistema Hórus Indígena, o estoque atual disponível nas unidades, a demanda reprimida, as metas institucionais para o exercício de 2026 e as características logísticas do território, garantindo a rastreabilidade e confiabilidade das informações. O cálculo da necessidade real foi realizado a partir da seguinte fórmula: $\text{Quantidade Final} = (\text{Consumo Estimado} - \text{Estoque Atual}) + 20\%$.

7.3. A aplicação de margem técnica de segurança de 20% justifica-se pelas especificidades da saúde indígena, especialmente em razão da dispersão territorial, das dificuldades de acesso às aldeias, da limitação de reposição emergencial e da necessidade de manutenção de estoques mínimos estratégicos, com vistas à mitigação de riscos de desabastecimento.

7.4. No âmbito das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), o dimensionamento dos insumos considerou a existência de 2.553 pacientes cadastrados, com cobertura assistencial atual estimada em aproximadamente 23%, estabelecendo-se como meta a ampliação para 100% no exercício de 2026. Tal cenário demanda a ampliação dos quantitativos de insumos destinados ao monitoramento contínuo, especialmente tiras reagentes para glicemia e lancetas, indispensáveis ao acompanhamento clínico e à prevenção de complicações.

7.5. No que se refere ao Programa de Saúde da Mulher, a estimativa dos quantitativos foi fundamentada em dados populacionais e assistenciais, considerando 438 gestantes acompanhadas no ano de 2025, 4.378 mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos e 8.096 mulheres entre 10 e 49 anos (idade fértil). Esses dados evidenciam a necessidade de fortalecimento das ações de atenção integral à saúde da mulher, abrangendo o acompanhamento pré-natal, a ampliação da cobertura de exames citopatológicos, o planejamento reprodutivo e a prevenção de agravos. O dimensionamento dos insumos visa assegurar a realização contínua de consultas, procedimentos clínicos e ações de promoção à saúde, considerando ainda as barreiras geográficas e a dispersão populacional características do território indígena.

7.6. No âmbito do controle da tuberculose, foi considerada a meta institucional de redução de 8% dos casos, o que demanda ampliação das ações de diagnóstico precoce, justificando a previsão de insumos como frascos coletores. Em relação à hanseníase, o planejamento está orientado ao alcance de grau zero de incapacidade, exigindo a disponibilização de insumos específicos para prevenção de sequelas.

7.7. No que se refere ao Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), os quantitativos foram definidos considerando o funcionamento contínuo das unidades assistenciais, garantindo a disponibilidade de insumos como sacos de lixo infectante, coletores de perfurocortantes e equipamentos de proteção individual, essenciais à biossegurança.

7.8. Adicionalmente, foram considerados insumos de uso transversal, como seringas e agulhas, indispensáveis à execução das ações de vacinação, administração de medicamentos e demais procedimentos assistenciais.

7.9. A distribuição dos insumos foi planejada de forma descentralizada, contemplando as 36 UBSI, 34 EMSI e 101 aldeias, com base em critérios de proporcionalidade, perfil epidemiológico, volume de atendimento e priorização de áreas de maior vulnerabilidade, prevendo ainda a manutenção de reserva técnica para contingências.

7.10. Ressalta-se que o detalhamento completo dos itens e respectivos quantitativos finais a serem contratados encontra-se consolidado na Planilha de Estimativa de Quantidades, constante do Anexo I deste Estudo Técnico Preliminar, a qual integra o processo administrativo e assegura a transparência, rastreabilidade e fundamentação técnica da contratação.

7.11. Ademais, foi elaborado planejamento de distribuição dos equipamentos médico-hospitalares, com base na estrutura assistencial do DSEI/MGES, composta por 36 Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI), considerando a proporcionalidade dos quantitativos adquiridos. A distribuição estimada foi definida a partir da média por unidade, visando assegurar a adequada alocação dos equipamentos e a cobertura assistencial mínima necessária, podendo ser ajustada conforme as necessidades operacionais e características específicas de cada localidade. O detalhamento da distribuição encontra-se apresentado no Anexo II deste Estudo Técnico Preliminar.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 419.170,36

8.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada por meio de pesquisa de preços realizada em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, observando, ainda, o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021. Para tanto, foram utilizadas como referência contratações similares realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública, disponíveis em bases oficiais de compras governamentais, bem como outras fontes admitidas pela referida norma.

8.2. A pesquisa considerou critérios técnicos e econômicos, com base em dados extraídos de sistemas oficiais de compras públicas federais e estaduais, complementados pela análise do histórico de consumo de materiais médico-hospitalares do DSEI Minas Gerais e Espírito Santo, referente ao período de dezembro de 2024 a novembro de 2025.

8.3. A partir da identificação de contratações recentes com objeto compatível, foi composta uma cesta de preços representativa, contendo valores praticados pela Administração Pública em aquisições de mesma natureza ou equivalentes. Os dados coletados foram organizados em planilha denominada Mapa de Preços, possibilitando a consolidação das informações e a análise comparativa dos valores obtidos.

8.4. Para definição do valor estimado da contratação, adotou-se como critério a utilização da **mediana dos preços válidos**, conforme recomendação da Instrução Normativa nº 65/2021, com a exclusão de valores considerados inexequíveis ou excessivamente elevados, de modo a assegurar maior fidedignidade à estimativa.

8.5. A metodologia adotada buscou garantir a compatibilidade dos valores estimados com os praticados no mercado, assegurando a observância dos princípios da economicidade, razoabilidade e vantajosidade para a Administração Pública, bem como a seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da legislação vigente.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A análise do potencial competitivo da presente contratação, sob os aspectos técnicos, econômicos e operacionais, indica que a adoção da aquisição por item constitui a alternativa mais adequada, em conformidade com o disposto no art. 40, inciso V, alínea "b", e no art. 47, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que estabelecem o parcelamento do objeto como regra, sempre que técnica e economicamente viável.

9.2. A contratação por item possibilita a ampliação da competitividade do certame, ao permitir que os fornecedores apresentem propostas individualizadas, refletindo seus melhores preços por item, contribuindo para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em observância ao art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Ademais, o parcelamento favorece a participação de um maior número de empresas, inclusive aquelas que não possuem capacidade para o fornecimento integral do objeto, permitindo que concorram apenas nos itens para os quais estejam plenamente habilitadas, em atendimento aos princípios da isonomia e da competitividade.

9.4. Destaca-se que a divisão do objeto não compromete a padronização, a qualidade ou a execução contratual, tampouco acarreta prejuízo à economia de escala, sendo compatível com a natureza dos materiais médico-hospitalares a serem adquiridos.

9.5. Dessa forma, a adoção do parcelamento por item mostra-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e alinhada às diretrizes legais e aos princípios da eficiência, economicidade e competitividade que regem as contratações públicas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há necessidade de contratação correlata.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao planejamento institucional do órgão, estando prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) e formalizada por meio do Documento de Formalização da Demanda – DFD nº 37/2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A presente contratação visa assegurar a disponibilidade contínua e adequada de materiais médico-hospitalares, indispensáveis à execução das ações de atenção à saúde no âmbito do DSEI/MGES. Como benefícios diretos, espera-se o fortalecimento da capacidade operacional das equipes de saúde, garantindo a regularidade na prestação dos serviços e o cumprimento das metas pactuadas nos instrumentos de planejamento do SUS. A aquisição contribuirá para a melhoria dos indicadores de saúde, ao possibilitar o diagnóstico, tratamento e acompanhamento adequado das doenças e agravos prevalentes na população indígena assistida.

12.2. Adicionalmente, a medida promove a integralidade da atenção à saúde, a redução de riscos decorrentes da descontinuidade de insumos e o aumento da resolutividade das ações desenvolvidas nas unidades de saúde indígena.

12.3. Como resultado final, espera-se a elevação da qualidade da assistência prestada, refletindo diretamente na melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida das populações indígenas atendidas nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, no âmbito de abrangência do DSEI/MGES.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a adequada gestão e fiscalização da contratação, o DSEI/MGES deverá designar formalmente servidores para atuarem como fiscais e gestores do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, assegurando o acompanhamento da execução contratual e o cumprimento das obrigações assumidas.

13.2. Deverão ser adotadas medidas administrativas para o correto recebimento, conferência, armazenamento e distribuição dos materiais médico-hospitalares, garantindo a rastreabilidade e o controle dos insumos nas unidades assistenciais.

13.3. Sempre que possível, será promovida a capacitação dos servidores envolvidos na fiscalização e gestão contratual, com vistas ao fortalecimento da atuação fiscalizatória, mitigação de riscos e melhoria dos processos de acompanhamento da execução.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Quanto aos critérios de sustentabilidade, cada material será analisado considerando seu ciclo de vida, abrangendo as fases de origem, utilização e descarte. Para tanto, será observado o Guia de Sustentabilidade disponível no sítio eletrônico da Advocacia-Geral da União (AGU), incentivando a adoção de práticas que promovam a otimização do uso dos materiais e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos, em conformidade com a legislação aplicável e com a disponibilidade de materiais sustentáveis no mercado.

14.2. A contratada deverá observar, no que couber, as seguintes disposições normativas:

a) Proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e daqueles que atuam em atividades de promoção e assistência à saúde, nos termos da Norma Regulamentadora NR 32 e das normas da ABNT aplicáveis;

b) Boas práticas para o processamento de produtos para saúde, conforme estabelecido na Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 15/2012 – ANVISA;

c) Destinação ambientalmente adequada dos resíduos de serviços de saúde, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 358/2005 e com a Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 222/2018 – ANVISA;

d) Utilização de produtos em conformidade com as diretrizes e regulamentações da ANVISA e do INMETRO, quando aplicáveis.

14.3. Nos termos do art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MPOG, a contratada deverá comprovar, por meio de documentação emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, a adoção de práticas de sustentabilidade ambiental, observando, no mínimo, os seguintes requisitos:

14.3.1. Os bens deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por materiais reciclados, atóxicos ou biodegradáveis, conforme as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

14.3.2. Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de modo a garantir a proteção durante o transporte e o armazenamento;

14.3.3. Os bens não deverão conter substâncias perigosas em concentrações superiores aos limites estabelecidos pela Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr VI), cádmio (Cd), bifenilos polibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados (PBDEs).

14.4. As empresas deverão observar integralmente as normas ambientais e regulatórias vigentes aplicáveis à contratação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1. Com base nas informações levantadas no Estudo Técnico Preliminar, especialmente no levantamento de mercado, na definição da solução mais adequada e na análise dos aspectos técnicos e econômicos, a equipe de planejamento conclui que a contratação é viável técnica e economicamente, mostrando-se adequada ao atendimento da necessidade identificada.

15.1.2. Verificou-se que a solução proposta encontra respaldo no mercado, possui fornecedores aptos à sua execução, atende aos requisitos de desempenho e qualidade esperados e apresenta custos compatíveis com os preços praticados, observados os princípios da economicidade e da eficiência.

15.1.3. Dessa forma, recomenda-se o prosseguimento da contratação, uma vez que os benefícios esperados superam os custos envolvidos, não tendo sido identificados óbices técnicos, operacionais ou econômicos que justifiquem a sua descontinuidade neste momento.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALTEMAR RODRIGUES MARQUES

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 14:38:50.

MAURO CESAR LOUZADA

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 14:32:31.

CELIO CEZAR FERREIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 15:34:20.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Planilha estimativa de quantidade.pdf (512.9 KB)
- Anexo II - Planejamento de Distribuição de EMH.pdf (194.34 KB)

Nº do Item no Plano Anual de Contratações 2022	CritMat Ativo Planilha excel DFD	Descrição sucinta do objeto	Unidade	Consumo Médio Mensal-CMM	Consumo no período de 12 meses	Consumo no período de 12 meses + 20% (estoque de segurança)	Quantidade a ser adquirida após arredondamentos, fator embalagem e adequações	Quantidade mínima	Quantidade máxima	Pesquisa de preço menor preço	Pesquisa de preço média	Menor valor entre (Média e Mediana)	Pesquisa de preço maior valor	Aquisições e Contratações Similares	Média 1	Média 2	Média 3	Valor total mediana novo quantitativo
1	629305	Abalador De Língua Material: Madeira Us, Polida, C/ Borda Arredondada -, Comprimento: Cerca de 14 cm., Esterilidade: Não Estéril, Uso Único	Embalagem 100 Unidade	933,33333333	11.200	13440,0	134	45	134	R\$ 4,08	R\$ 5,23	R\$ 4,95	R\$ 7,38					R\$ 563,30
2	281657	ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS;COMPONENTES: UNO LÉICO, LECITINA DE SOJA, COMPOSIÇÃO: COMPOSTO DOS ÁCIDOS CAPRÍLICO, CÁPRICO, LAÚRICO, APRESENTAÇÃO: ASSOCIADOS COM VITAMINAS A", E", "F", TIPO: LOÇÃO OLEOSA"	FR 100ML	78,83333333	946	1135,2	1135	378	1135	R\$ 2,21	R\$ 3,18	R\$ 2,99	R\$ 5,40					R\$ 3.393,65
3	367898	ÁGUA DESETLADA ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO INCOLOR, INODOORO, INSÍPIDO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME FARMA COPIEIA BRASILEIRA	GL 5L	13,1666667	158	189,6	190	63	190	R\$ 9,10	R\$ 10,62	R\$ 10,05	R\$ 13,44					R\$ 1.909,50
4	439805	AGULHA HIPODÉRMICA DIMENSÃO: 21 G X 1,1 /4, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK OU SUP EM PLÁSTICO, TIPO FIAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL"	Caixa 100 Unidade	25,08333333	301	361,2	41	14	41	R\$ 6,00	R\$ 7,57	R\$ 7,65	R\$ 9,50					R\$ 310,37
5	397505	AGULHA HIPODÉRMICA DIMENSÃO: 22 G X 1, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK OU SUP EM PLÁSTICO, TIPO FIAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL"	Caixa 100 Unidade	523,5000000	6282	7538,4	74	25	74	R\$ 6,15	R\$ 8,08	R\$ 7,39	R\$ 13,40					R\$ 546,86
6	397513	AGULHA HIPODÉRMICA DIMENSÃO: 26 G X 1/2, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK OU SUP EM PLÁSTICO, TIPO FIAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL"	Caixa 100 Unidade	166,6666667	2000	2400,0	24	8	24	R\$ 5,85	R\$ 7,63	R\$ 7,01	R\$ 10,68					R\$ 168,24
7	397502	AGULHA HIPODÉRMICA DIMENSÃO: 21 G X 1, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK OU SUP EM PLÁSTICO, TIPO FIAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL"	Caixa 100 Unidade	83,33333333	1000	1200,0	12	4	12	R\$ 6,00	R\$ 7,30	R\$ 6,58	R\$ 10,50					R\$ 78,96
8	269941	ALCOOL ETILICO TEOR ALCOOLICO: 70%_(70 GL), TIPO: HIDRATADO, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO 250ml	Frasco 250Mililitro	15,2500000	183	219,6	217	72	217	R\$ 3,93	R\$ 4,12	R\$ 4,12	R\$ 4,30					R\$ 894,04
9	269941	ALCOOL ETILICO TEOR ALCOOLICO: 70%_(70 GL), TIPO: HIDRATADO, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO 500ml	Frasco 500 Mililitro	104,4166667	1253	1503,6	1504	501	1504	R\$ 4,20	R\$ 4,72	R\$ 4,79	R\$ 4,99					R\$ 7.098,88
10	269941	ALCOOL ETILICO TEOR ALCOOLICO: 70%_(70 GL), TIPO: HIDRATADO, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO 1 litro	Frasco 1L	36,1666667	434	520,8	528	176	528	R\$ 5,56	R\$ 6,57	R\$ 6,50	R\$ 8,10					R\$ 3.432,00
11	628473	ALGODÃO USO MÉDICO TIPO: HIDRÓFILO; MATERIAL: FIBRAS DE ALGODÃO PURIFICADO; APRESENTAÇÃO: ROLO; ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL	Embalagem 500 Grama	8,1666667	98	117,6	118	39	118	R\$ 11,98	R\$ 13,20	R\$ 12,97	R\$ 14,85					R\$ 1.530,46
12	628389	ATADURATIPO: CERCA DE 13 FIOS/CM²; MATERIAL: FAIXA DE TECIDO MISTO – ALGODÃO E SINTÉTICO; LARGURA: CERCA DE 15 CM; COMPRIMENTO EM REPOUSO: ROLO CERCA DE 1,8 M; ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL	Embalagem 1 Unidade	243,33333333	2920	3504,0	3504	1168	3504	R\$ 0,62	R\$ 0,73	R\$ 0,73	R\$ 0,85					R\$ 2.557,92
13	628383	ATADURA TIPO: CERCA DE 13 FIOS/CM²; MATERIAL: FAIXA DE TECIDO 100% ALGODÃO; LARGURA: CERCA DE 30 CM; COMPRIMENTO EM REPOUSO: ROLO CERCA DE 1,8 M; ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL	Embalagem 1 Unidade	211,00000000	2532	3038,4	3038	1013	3038	R\$ 1,38	R\$ 1,41	R\$ 1,41	R\$ 1,43					R\$ 4.283,58
14	375694	BALANÇA CAPACIDADE: 200 KG; PESO: 3,5 KG; DIMENSÃO DA PLATAFORMA: 29 X 29 CM; ALIMENTAÇÃO: 4 PILHAS AA; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FUNÇÃO MÃE/FILHO, AUTOMÁTICA/MANUAL, PISO BORRACHA; MODELO: DIGITAL, BOLSA PARA TRANSPORTE.	UN	0,00000000	0	0,0	120	40	120	R\$ 700,00	R\$ 765,00	R\$ 765,00	R\$ 830,00					R\$ 91.800,00
15	442512	BALANÇA DISPOSITIVO PARA MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS; TIPO: BALANÇA PEDIÁTRICA – GANCHO; MODELO: MECÂNICA; MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL; COMPONENTE I: COM SUPORTE TIPO CEGONHA; COMPONENTE II: COM SUPORTE TIPO SHORT; ADICIONAL: PORTÁTIL; CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA: ATÉ 25 KG.	UN	0,75000000	9	10,8	43	14	43	R\$ 123,69	R\$ 161,54	R\$ 160,00	R\$ 212,00					R\$ 6.880,00
16	272821	CABO BISTURI MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO: Nº 3	UN	5,25000000	63	75,6	76	25	76	R\$ 5,90	R\$ 7,69	R\$ 7,20	R\$ 10,84					R\$ 547,20
17	243242	CABO BISTURI MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO: Nº 4	UN	4,83333333	58	69,6	70	23	70	R\$ 5,94	R\$ 8,08	R\$ 7,74	R\$ 12,00					R\$ 541,80

18	472773	CANHA TÉRMICA, MATERIAL: POLIURETANO, CAPACIDADE: 5 L; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ALÇA, TAMPA ARTICULADA E TERMÔMETRO; APLICAÇÃO: TRANSPORTE DE VACINA.	UN	0,00000000	0	0,0	67	22	67	67	R\$ 180,00	R\$ 202,66	R\$ 197,99	R\$ 225,00					R\$ 13.265,33
19	315821	CANHA TÉRMICA, MATERIAL: POLIESTIRENO EXPANDIDO; CAPACIDADE: 15 L; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ALÇA E TAMPA; COR: BRANCA.	UN	0,83333333	10	12,0	67	22	67	67	R\$ 565,54	R\$ 63,23	R\$ 57,14	R\$ 76,00					R\$ 3.828,38
20	437175	CATETER PERIFÉRICO APLICAÇÃO: VENOSO, COMPONENTE 1: CÂMARA REFLUXO C/ FILTRO, COMPONENTE 2: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, COMPRIMENTO: CERCA 50, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, DIÂMETRO: 14, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX, MATERIAL CATETER: POLÍMERO RADIOOPACO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UN	8,83333333	106	127,2	127	42	127	127	R\$ 1,23	R\$ 1,81	R\$ 1,86	R\$ 2,30					R\$ 229,87
21	437177	CATETER PERIFÉRICO APLICAÇÃO: VENOSO, COMPONENTE 1: CÂMARA REFLUXO C/ FILTRO, COMPONENTE 2: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, COMPRIMENTO: CERCA 45, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, DIÂMETRO: 18, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX, MATERIAL CATETER: POLÍMERO RADIOOPACO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UN	22,75000000	273	327,6	328	109	328	328	R\$ 1,23	R\$ 1,87	R\$ 1,84	R\$ 2,40					R\$ 603,52
22	437178	CATETER PERIFÉRICO APLICAÇÃO: VENOSO, COMPONENTE 1: CÂMARA REFLUXO C/ FILTRO, COMPONENTE 2: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, COMPRIMENTO: CERCA 30, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, DIÂMETRO: 20, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX, MATERIAL CATETER: POLÍMERO RADIOOPACO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UN	265,58333333	3187	3824,4	3824	1275	3824	3824	R\$ 1,28	R\$ 1,73	R\$ 1,76	R\$ 2,05					R\$ 6.615,52
23	437165	CATETER PERIFÉRICO APLICAÇÃO: VENOSO, COMPONENTE 2: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, COMPONENTE ADICIONAL: C/ ASA DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, DIÂMETRO: 25, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX, MODELO: TIPO ESCALPE, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UN	112,66666667	1352	1622,4	1622	541	1622	1622	R\$ 0,20	R\$ 0,33	R\$ 0,35	R\$ 0,44					R\$ 535,26
24	437166	CATETER PERIFÉRICO APLICAÇÃO: VENOSO, COMPONENTE 2: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, COMPONENTE ADICIONAL: C/ ASA DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, DIÂMETRO: 21, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX, MODELO: TIPO ESCALPE, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UN	0,00000000	0	0,0	655	218	655	655	R\$ 0,26	R\$ 0,36	R\$ 0,36	R\$ 0,46					R\$ 235,80
25	437167	CATETER PERIFÉRICO APLICAÇÃO: VENOSO, COMPONENTE 2: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, COMPONENTE ADICIONAL: C/ ASA DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, DIÂMETRO: 23, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX, MODELO: TIPO ESCALPE, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UN	70,41866667	845	1014,0	1014	338	1014	1014	R\$ 0,32	R\$ 0,38	R\$ 0,36	R\$ 0,49					R\$ 365,04
26	437187	CATETER PERIFÉRICO APLICAÇÃO: VENOSO, COMPONENTE 2: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, COMPONENTE ADICIONAL: C/ ASA DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, DIÂMETRO: 27, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX, MODELO: TIPO ESCALPE, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UN	52,91666667	635	762,0	762	254	762	762	R\$ 0,35	R\$ 0,42	R\$ 0,41	R\$ 0,54					R\$ 312,42
27	437180	CATETER PERIFÉRICO APLICAÇÃO: VENOSO, COMPONENTE 1: CÂMARA REFLUXO C/ FILTRO, COMPONENTE 2: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, COMPRIMENTO: CERCA 20, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, DIÂMETRO: 24, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX, MATERIAL CATETER: POLÍMERO RADIOOPACO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UN	88,50000000	1062	1274,4	1274	425	1274	1274	R\$ 1,69	R\$ 1,92	R\$ 1,91	R\$ 2,18					R\$ 2.433,34
28	621737	CATETER OXIGENOTERAPIA, MODELO: TIPO ÓCULOS; APLICAÇÃO: P/ OXIGENOTERAPIA; MATERIAL: TUBO E PRONGA DE SILICONE; CONECTOR: COMPATÍVEL C/ FONTE O2; TAMANHO: ADULTO; COMPRIMENTO: CERCA DE 2,5 M; ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO.	UN	64,00000000	768	921,6	922	307	922	922	R\$ 0,87	R\$ 1,07	R\$ 1,04	R\$ 1,50					R\$ 958,88

29	621732	CATETER OXIGENOTERAPIA MODELO TIPO: TIPO ÓCULOS; APLICAÇÃO: P/ OXIGENOTERAPIA; MATERIAL: TUBO PLÁSTICO C/ PRONGA DE SILICONE; CONECTOR: COMPATIVEL C/ FONTE O2; TAMANHO: INFANTIL; COMPRIMENTO: CERCA DE 2,5 M; ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO.	UN	40,00000000	480	576,0	576	192	576	576	R\$ 1,18	R\$ 1,46	R\$ 1,37	R\$ 1,37	R\$ 2,58				R\$ 789,12
30	623109	Coletor De Resíduos De Serviço De Saúde Tipo De Resíduo: Grupo E - Resíduo Perfurante Infectante , Tipo Risco: Risco Biológico , Capacidade: Cerca De 13 L, Material: Chuva De Papalão C/ Saco Plástico , Adicional: C/Aça. Uso: Uso Único	UN	36,25000000	435	522,0	522	174	522		R\$ 4,48	R\$ 5,19	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 6,00				R\$ 2.610,00
31	628256	Gaze Uso Em Saúde Modelo: Compressa C/ Dobras E Camadas , Material: Tecido 100% Algodão , Densidade: Cerca De 13 Fios / Cm2, Radiopacidade: Com Elemento Radiopaco , Dimensão Fechada: Cerca De 7,5 X 7,5 Cm , Esterilidade: Não Estéril, Uso Único	PCT 500	33,25000000	399	478,8	479	160	479		R\$ 16,86	R\$ 19,04	R\$ 18,19	R\$ 23,62	R\$ 26,09				R\$ 11.313,98
32	628237	Gaze Uso Em Saúde Modelo: Compressa C/ Dobras E Camadas , Material: Tecido 100% Viscose / Rayon , Densidade: Cerca De 13 Fios / Cm2, Radiopacidade: Sem Elemento Radiopaco , Dimensão Fechada: Cerca De 7,5 X 7,5 Cm , Esterilidade: Estéril, Uso Único	PCT 5	0,00000000	0	0,0	20736	6912	20736		R\$ 0,28	R\$ 0,32	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,36				R\$ 6.220,80
33	405738	CONJUNTO PARA PAPANICOLAU TIPO: COMPOSIÇÃO BÁSICA; COMPOSIÇÃO BÁSICA: 1 ESPÉCULO VAGINAL PEQUENO, 1 ESPÁTULA DE AYRES; OUTROS COMPONENTES: 1 ESCOVA CERVICAL, 1 PINÇA CHERON; COMPONENTES ADICIONAIS: 1 LÂMINA COM FRASCO DE TRANSPORTE; EMBALAGEM: ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UN	17,08333333	205	246,0	524	175	524		R\$ 3,60	R\$ 4,03	R\$ 4,09	R\$ 4,03	R\$ 4,28				R\$ 2.111,72
34	405739	CONJUNTO PARA PAPANICOLAU TIPO: COMPOSIÇÃO BÁSICA; COMPOSIÇÃO BÁSICA: 1 ESPÉCULO VAGINAL MÉDIO, 1 ESPÁTULA DE AYRES; OUTROS COMPONENTES: 1 ESCOVA CERVICAL, 1 PINÇA CHERON; COMPONENTES ADICIONAIS: 1 LÂMINA COM FRASCO DE TRANSPORTE; EMBALAGEM: ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UN	38,75000000	465	558,0	1050	350	1050		R\$ 3,41	R\$ 3,97	R\$ 4,00	R\$ 3,97	R\$ 4,49				R\$ 4.168,50
35	405740	CONJUNTO PARA PAPANICOLAU TIPO: COMPOSIÇÃO BÁSICA; COMPOSIÇÃO BÁSICA: 1 ESPÉCULO VAGINAL GRANDE, 1 ESPÁTULA DE AYRES; OUTROS COMPONENTES: 1 ESCOVA CERVICAL, 1 PINÇA CHERON; COMPONENTES ADICIONAIS: 1 LÂMINA COM FRASCO DE TRANSPORTE; EMBALAGEM: ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UN	29,25000000	351	421,2	1050	350	1050		R\$ 3,50	R\$ 4,25	R\$ 4,30	R\$ 4,25	R\$ 4,88				R\$ 4.462,50
36	433842	DETECTOR FETAL TIPO: PORTÁTIL; AJUSTE: AJUSTE MECÂNICO; VISOR: DIGITAL; CONTROLE: BOTÃO DE CONTROLE; MATERIAL: GABINETE METÁLICO; TIPO DE ANÁLISE: AUSCULTA BCF, FLUXO SANGÜÍNEO PLACENTA E CORDÃO; FAIXA DE MEDIÇÃO: BCF ATÉ CERCA DE 200 BPM; FREQUÊNCIA: ATÉ CERCA DE 2,2 MHZ; FONTE DE ALIMENTAÇÃO: A BATERIA; COMPONENTES: COM ALTO-FALANTE, TRANSDUTOR; OUTROS COMPONENTES: ENTRADA AUXILIAR.	UN	0,25000000	3	3,6	47	16	47		R\$ 323,00	R\$ 373,66	R\$ 376,00	R\$ 373,66	R\$ 419,30				R\$ 17.562,02
37	328078	DETERGENTE ENZIMÁTICO COMPOSIÇÃO: A BASE DE AMILASE, PROTEASE, LIPASE E CARBOIDRASE	1L	9,75000000	117	140,4	140	47	140		R\$ 15,81	R\$ 20,55	R\$ 20,25	R\$ 20,25	R\$ 25,90				R\$ 2.835,00
38	445801	EMBALAGEM P/ ESTERILIZAÇÃO Material: Papel Grau Cirúrgico; Composição: C/ Filme Polímero Multilaminado; Gramatura / Espessura: Cerca De 60 G/M2; Apresentação: Envelope; Componentes Adicionais: Autosselante; Tamanho: Cerca De 15 X 25 CM; Componentes: C/ Indicador Químico; Tipo Uso: Uso Único	UN	0,00000000	Não tem referência de consumo do ultimo ano	0,0	6000	2000	6000		R\$ 28,00	R\$ 32,61	R\$ 32,61	R\$ 0,29	R\$ 37,22				R\$ 1.740,00
39	445800	Embalagem P/ Esterilização Material: Papel Grau Cirúrgico G109 Composição: C/ Filme Polímero Multilaminado , Gramatura / Espessura: Cerca De 60 G/M2, Apresentação: Envelope , Componentes Adicionais: Autosselante , Tamanho: Cerca De 10 X 25 CM, Componentes: C/ Indicador Químico , Tipo Uso: Uso Único	UN	83,33333333	1000	1200,0	1200	400	1200		R\$ 19,20	R\$ 20,93	R\$ 20,43	R\$ 0,18	R\$ 23,02				R\$ 216,00
40	442530	EMBALAGEM P/ ESTERILIZAÇÃO APRESENTAÇÃO: FOHA, COMPOSIÇÃO: 1ª GERAÇÃO, GRAMATURA / ESPESSURA: CERCA DE 60, MATERIAL: PAPEL CREPADO, TAMANHO: CERCA DE 120 X 120, TIPO USO: USO ÚNICO	UN	73,66666667	884	1060,8	1061	354	1061		R\$ 3,05	R\$ 3,73	R\$ 4,05	R\$ 3,73	R\$ 4,09				R\$ 3.957,53

53	487424	FIO DE SUTURA AGULHADO MATERIAL DO FIO: NYLON / POLIAMIDA PRETO; MODELO DO FIO: MONOFILAMENTAR; DIÂMETRO DO FIO: 4-0; COMPRIMENTO DO FIO: CERCA DE 45 CM; TIPO DE AGULHA: AGULHA 1/2 CÍRCULO; MODELO DA AGULHA: CORTANTE REVERSA/INVERTIDA; COMPRIMENTO DA AGULHA: CERCA DE 20 MM; ESTERILIDADE: ESTÉRIL; APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	0,00000000	Não tem referência de consumo do último ano	0,0	6000	2000	6000	6000	RS 1,17	RS 1,32	RS 1,28	RS 1,28	RS 1,65					RS 7.680,00
54	487550	FIO DE SUTURA AGULHADO MATERIAL DO FIO: SEDA PRETO; MODELO DO FIO: MULTIFILAMENTAR; DIÂMETRO DO FIO: 4-0; COMPRIMENTO DO FIO: CERCA DE 45 CM; TIPO DE AGULHA: AGULHA 1/2 CÍRCULO; MODELO DA AGULHA: CORTANTE REVERSA/INVERTIDA; COMPRIMENTO DA AGULHA: CERCA DE 20 MM; ESTERILIDADE: ESTÉRIL; APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	0,00000000	Não tem referência de consumo do último ano	0,0	3000	1000	3000	3000	RS 2,58	RS 2,74	RS 2,74	RS 2,74	RS 2,89					RS 8.220,00
55	487380	FIO DE SUTURA AGULHADO MATERIAL DO FIO: NYLON / POLIAMIDA INCOLOR; MODELO DO FIO: MONOFILAMENTAR; DIÂMETRO DO FIO: 5-0; COMPRIMENTO DO FIO: CERCA DE 45 CM; TIPO DE AGULHA: AGULHA 3/8 CÍRCULO; MODELO DA AGULHA: CORTANTE REVERSA/INVERTIDA; COMPRIMENTO DA AGULHA: CERCA DE 20 MM; ESTERILIDADE: ESTÉRIL; APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	7,66666667	92	110,4	110	37	110	110	RS 1,10	RS 1,32	RS 1,21	RS 1,21	RS 2,00					RS 133,10
56	631785	FITA HOSPITALAR USO CUTÂNEO; TIPO: ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL; MATERIAL DO DORSO: À BASE DE ALGODÃO E FIBRA SINTÉTICA; TIPO DE ADESIVO: SINTÉTICO, HIPOALERGÊNICO; LARGURA DA FITA: CERCA DE 10 MM; COR: C/ COR; APRESENTAÇÃO: ROLO C/ CAPA PROTETORA; ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL	RO 4,5 M	39,41666667	473	567,6	568	189	568	568	RS 6,78	RS 7,23	RS 7,23	RS 7,23	RS 7,67					RS 4.106,64
57	631747	FITA HOSPITALAR TIPO: MICROPOROSA; MATERIAL DO DORSO: À BASE DE TECIDO NÃO TECIDO; TIPO DE ADESIVO: SINTÉTICO, HIPOALERGÊNICO; LARGURA DA FITA: CERCA DE 100 MM; COR: C/ COR; APRESENTAÇÃO: ROLO S/ CAPA PROTETORA; ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL	RO CERCA 4,5M	7,16666667	86	103,2	103	34	103	103	RS 6,37	RS 6,73	RS 6,73	RS 6,73	RS 7,08					RS 693,19
58	631735	FITA ADESIVA – USO CUTÂNEO; TIPO: MICROPOROSA; MATERIAL DO DORSO: À BASE DE TECIDO NÃO TECIDO; TIPO DE ADESIVO: SINTÉTICO, HIPOALERGÊNICO; LARGURA DA FITA: CERCA DE 50 MM; COR: C/ COR; APRESENTAÇÃO: ROLO C/ CAPA PROTETORA; ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL	Rolo 10M	48,16666667	578	693,6	72	24	72	72	RS 3,90	RS 4,09	RS 4,09	RS 4,09	RS 4,27					RS 294,48
59	223919	FITA MÉTRICA COSTURA MATERIAL: POLIÉSTER E FIBRA DE VIDRO; COMPRIMENTO: 150 CM; COR: BRANCA E AZUL	UN	3,41666667	41	49,2	120	40	120	120	RS 3,46	RS 4,33	RS 4,40	RS 4,33	RS 5,00					RS 519,60
60	279887	FRASCO - TIPO ALMOFOLAMATERIAL: EM POLIETILENO (PLÁSTICO); TIPO BICO: BICO RETO, LONGO, ESTREITO, COM PROTETOR; TIPO TAMPA: TAMPA EM ROSCA; COR: AMBAR; CAPACIDADE: 250 ML	UN	28,58333333	343	411,6	412	137	412	412	RS 2,37	RS 3,57	RS 3,20	RS 3,20	RS 5,16					RS 1.316,40
61	620577	FRASCO COLETOR RESERVATÓRIO P/ COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA; MODELO: FRASCO; APLICAÇÃO: P/ FEZES; MATERIAL: POLÍMERO RÍGIDO TRANSPARENTE; VOLUME: CERCA DE 50 ML; FECHAMENTO: TAMPA PLÁSTICA; COMPONENTE: C/ CONSERVANTE, FILTROS E PÁ; ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL; USO ÚNICO	UN	96,25000000	1155	1386,0	1386	462	1386	1386	RS 2,47	RS 2,89	RS 2,94	RS 2,89	RS 3,30					RS 4.005,54
62	445576	GARROTE MATERIAL: FAIXA ELÁSTICA; COMPONENTE ADICIONAL: C/ SISTEMA DE TRAVA EM PLÁSTICO; TAMANHO: TAMANHO ADULTO; TIPO USO: REUTILIZÁVEL	UN	15,66666667	188	225,6	226	75	226	226	RS 5,27	RS 8,36	RS 8,21	RS 8,21	RS 12,70					RS 1.855,46
63	438929	GEL PARA EXAME MÉDICO; COMPOSIÇÃO: À BASE DE ÁGUA; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PH NEUTRO	FR 1000ML	9,83333333	118	141,6	142	47	142	142	RS 4,71	RS 5,98	RS 5,52	RS 5,52	RS 8,25					RS 793,84
64	428625	GORRO HOSPITALAR MATERIAL *: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO; MODELO: ELÁSTICO NÚCA; COR*: SEM COR; GRAMATURA*: CERCA DE 30 G/M²; TAMANHO: ÚNICO; TIPO USO: DESCARTÁVEL; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1: HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODOROSA, UNISEX	Embalagem 100 Unidade	6219,16666667	74630	89556,0	896	299	896	896	RS 5,70	RS 7,25	RS 6,69	RS 6,69	RS 9,98					RS 5.994,24
65	481317	HASTE FLEXÍVEL MATERIAL HASTE: PLÁSTICO; MATERIAL PONTA: ALGODÃO; APLICAÇÃO: HIGIENE PESSOAL; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM 2 PONTAS	CX 75	12,25000000	147	176,4	176	59	176	176	RS 1,14	RS 1,72	RS 1,59	RS 1,59	RS 2,75					RS 279,84
66	437156	HIPOCLORITO DE SÓDIO ASPECTO FÍSICO: SOLUÇÃO AQUOSA, CONCENTRAÇÃO: ATÉ 2,5% DE CLORO ATIVO	1L	148,66666667	1784	2140,8	2141	714	2141	2141	RS 5,58	RS 8,69	RS 8,50	RS 8,50	RS 12,00					RS 18.198,50
67	332343	INDICADOR QUÍMICO APRESENTAÇÃO: FITA ADESIVA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPORE, CLASSE I, TIPO USO: EXTERNO	UN	12,33333333	148	177,6	178	59	178	178	RS 3,70	RS 5,04	RS 4,67	RS 4,67	RS 7,14					RS 831,26

83	442451	RÉGUA ANTRÓPMÉTRICA DISPOSITIVO PARA MEDIDAS ANTRÓPMÉTRICAS; TIPO: RÉGUA – INFANTÔMETRO HORIZONTAL; MATERIAL: ALUMÍNIO ANODIZADO; ESCALA DE GRADUAÇÃO: COM ESCALA MÉTRICA – MM E CM; FAIXA DE MEDIÇÃO: CERCA DE 1,0 M; COMPONENTE II: COM CURSOR FIXO E DESLIZANTE.	UN	0,00000000	Não tem referência de consumo do último ano	0,0	120	40	120	R\$ 112,50	R\$ 155,40	R\$ 164,28	R\$ 155,40	R\$ 180,62					R\$ 18.648,00
84	356257	SACO PLÁSTICO LIXO Capacidade: 100 L, Cor: Branca, Características Adicionais: Reforçado, Aplicação: Hospitalar	Embalagem 100 Unidade	50,00000000	600	720,0	8	3	8	R\$ 26,89	R\$ 27,40	R\$ 27,40	R\$ 27,40	R\$ 27,91					R\$ 219,20
85	345588	SACO PLÁSTICO LIXO CAPACIDADE: 30 L; LARGURA: 59 CM; ALTURA: 62 CM; ESPESURA: 7 MICRA; COR: BRANCO LEITOSO; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM INSCRIÇÃO CONFORME MODELO E SOLDA CONTÍNUA; APLICAÇÃO: COLETA DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	Embalagem 100 Unidade	87,66666667	1052	1262,4	13	4	13	R\$ 20,05	R\$ 20,83	R\$ 20,83	R\$ 20,83	R\$ 21,60					R\$ 270,79
86	394448	SACO PLÁSTICO LIXO MATERIAL: POLIETILENO ALTA DENSIDADE; CAPACIDADE: 50 L; LARGURA: 53 CM; ALTURA: 80 CM; ESPESURA: 0,08 MM; COR: BRANCO LEITOSO; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PEÇA ÚNICA / SUPORTA 10 KG / IDENTIFICAÇÃO / ETIQUETADO; APLICAÇÃO: COLETA DE RESÍDUOS INFECTANTES	Embalagem 100 Unidade	57,00000000	684	820,8	8	3	8	R\$ 16,54	R\$ 18,12	R\$ 18,12	R\$ 18,12	R\$ 19,70					R\$ 144,96
87	439711	SERINGA MATERIAL: POLIPROPILENO; CAPACIDADE: 20 ML; TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP; TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA; ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA; TIPO AGULHA: C/ AGULHA 22 G X 1"; COMPONENTE ADICIONAL: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32; ESTERILIDADE: ESTÉRIL; DESCARTÁVEL; APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	109,16666667	1310	1572,0	1572	524	1572	R\$ 0,38	R\$ 0,53	R\$ 0,49	R\$ 0,49	R\$ 0,77					R\$ 770,28
88	439698	SERINGA MATERIAL: POLIPROPILENO; CAPACIDADE: 5 ML; TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP; TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA; ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA; TIPO AGULHA: C/ AGULHA 22 G X 1"; COMPONENTE ADICIONAL: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32; ESTERILIDADE: ESTÉRIL; DESCARTÁVEL; APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	369,25000000	4431	5317,2	5317	1772	5317	R\$ 0,24	R\$ 0,28	R\$ 0,28	R\$ 0,28	R\$ 0,32					R\$ 1.488,76
89	443468	SERINGA MATERIAL: POLIPROPILENO; CAPACIDADE: 1 ML; TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP; TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA; ADICIONAL: GRADUADA (ESCALA ML), NUMERADA; TIPO AGULHA: C/ AGULHA 26 G X 1/2"; ESTERILIDADE: ESTÉRIL; DESCARTÁVEL; APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	911,08333333	10933	13119,6	36000	12000	36000	R\$ 0,14	R\$ 0,19	R\$ 0,18	R\$ 0,18	R\$ 0,25					R\$ 6.480,00
90	439663	SERINGA MATERIAL: POLIPROPILENO; CAPACIDADE: 1 ML; TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP; TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA; ADICIONAL: GRADUADA (ESCALA UI), NUMERADA; TIPO AGULHA: C/ AGULHA 30 G X 1/2"; COMPONENTE ADICIONAL: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32; ESTERILIDADE: ESTÉRIL; DESCARTÁVEL; APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	0,00000000	Não tem referência de consumo do último ano	0,0	36000	12000	36000	R\$ 0,31	R\$ 0,37	R\$ 0,34	R\$ 0,34	R\$ 0,48					R\$ 12.240,00
91	439681	SERINGA MATERIAL: POLIPROPILENO; CAPACIDADE: 3 ML; TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP; TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA; ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA; TIPO AGULHA: C/ AGULHA 22 G X 1"; COMPONENTE ADICIONAL: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32; ESTERILIDADE: ESTÉRIL; DESCARTÁVEL; APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	97,50000000	1170	1404,0	5382	1794	5382	R\$ 0,14	R\$ 0,20	R\$ 0,20	R\$ 0,20	R\$ 0,26					R\$ 1.076,40
92	435976	SONDA TRATO URINÁRIO MODELO: URETRAL; MATERIAL: POLIURETANO; CALIBRE: 12 FRENCH; CONECTOR: CONECTOR PADRÃO; COMPRIMENTO: CERCA DE 40 CM; TIPO PONTA: PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA; COMPONENTES: C/ ONÍGICOS LATERAIS; ADICIONAIS: LUBRIFICADA; ESTERILIDADE: ESTÉRIL; DESCARTÁVEL; EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	88,25000000	1059	1270,8	1271	424	1271	R\$ 6,64	R\$ 11,02	R\$ 11,31	R\$ 11,02	R\$ 14,00					R\$ 14.006,42
93	435801	TERMÔMETRO CLÍNICO AULETE: DIGITAL; ESCALA: ATE 45 °C; TIPO*: USO AXILAR E ORAL; COMPONENTES: C/ ALARMES; MEMÓRIA: MEMÓRIA ÚLTIMA MEDIÇÃO; EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	5,50000000	66	79,2	79	26	79	R\$ 8,10	R\$ 11,21	R\$ 10,53	R\$ 10,53	R\$ 17,79					R\$ 891,87

[illegible]

PLANEJAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES (EMH)

1. OBJETO

O presente anexo tem por finalidade apresentar o planejamento de distribuição dos equipamentos médico-hospitalares (EMH), visando assegurar a adequada alocação dos itens adquiridos no âmbito do DSEI/MGES.

2. BASE ASSISTENCIAL

A distribuição dos equipamentos foi estruturada considerando a organização da rede de atenção à saúde indígena no âmbito do DSEI/MGES, composta por 36 Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI), 34 Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), bem como polos bases e demais pontos de apoio logístico, de forma a assegurar a adequada alocação dos recursos conforme a capacidade operacional e as necessidades assistenciais das unidades.

3. CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO

A alocação dos equipamentos observará critérios técnicos relacionados à necessidade assistencial, ao perfil epidemiológico da população atendida, ao porte e à capacidade operacional das unidades, às características logísticas e territoriais da área de abrangência, bem como à natureza dos equipamentos, considerando sua utilização fixa ou portátil, de modo a garantir a adequada distribuição e otimização dos recursos no âmbito do DSEI/MGES.

4. DIRETRIZ DE ALOCAÇÃO

A distribuição dos equipamentos observará a priorização das Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI) quanto aos equipamentos de uso contínuo e destinados à estruturação das unidades, bem como das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) no que se refere aos equipamentos portáteis voltados ao atendimento em campo, prevendo ainda a constituição de reserva técnica destinada à

reposição, expansão da cobertura assistencial e atendimento de contingências.

5. DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

ITEM	DESCRIÇÃO	Estimativa por UBSI
14	BALANÇA PLATAFORMA	2
15	BALANÇA PEDIÁTRICA	1
18	CAIXA TÉRMICA (5L)	2
19	CAIXA TÉRMICA (15L)	2
36	DETECTOR FETAL	1
43	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO	2
44	ESFIGMOMANÔMETRO INFANTIL	2
45	ESTESIÔMETRO	1
46	ESTETOSCÓPIO	1
77	MONITOR DE GLICOSE	8
78	OTOSCÓPIO	1
79	OXÍMETRO	1
83	RÉGUA ANTROPOMÉTRICA	3
93	TERMÔMETRO	2

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

A distribuição proposta possui caráter estimativo e poderá ser ajustada na fase de execução contratual, conforme a evolução das demandas assistenciais, atualização do cenário epidemiológico e necessidades operacionais do DSEI/MGES.

Apêndice II

MODELO DE PROPOSTA

Nome da sua Empresa:
Endereço da sua Empresa c/ CEP:
Telefone da sua Empresa:
E-mail da sua Empresa:
CNPJ da sua Empresa:
À [Órgão Responsável pela Licitação]

Ref.: Proposta de Licitação - [Nome da Licitação]

2. Objeto da Licitação

Nosso interesse em participar desta licitação refere-se à prestação de serviços/aquisição de/para [descrever detalhadamente o objeto da licitação, conforme especificações do edital].

3. Preços e Condições de Pagamento

Inserimos abaixo a planilha com os detalhes dos preços e condições de pagamento:

Item	Descrição do Serviço/material	CATSER/CATMAT	UNIDADE	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	[Descrição]			[Quantidade]	R\$ [Valor]	R\$ [Valor]
3	[Descrição]			[Quantidade]	R\$ [Valor]	R\$ [Valor]
...
Total						R\$ [Total]

Prazo de Execução e Condições de Pagamento conforme estabelecido no instrumento convocatório.

5. Validade da Proposta

Esta proposta é válida por [inserir prazo] a partir da data de sua apresentação.

6. Contato e Esclarecimentos

Para eventuais esclarecimentos ou negociações, estamos à disposição nos seguintes contatos:

[Responsável pela Proposta]

[Telefone para Contato]

[E-mail para Contato]

[Outros meios de comunicação, se aplicável]

Atenciosamente,

[Assinatura do Responsável Legal da Empresa]
[Nome do Responsável Legal] [Cargo do Responsável Legal]
[Nome da sua Empresa]

Apêndice III

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS PARA AQUISIÇÕES E SERVIÇOS S/ MÃO DE OBRA

Nome da sua Empresa:
Endereço da sua Empresa c/ CEP
Telefone da sua Empresa
E-mail da sua Empresa
CNPJ da sua Empresa

À [Órgão Responsável pela Licitação]

Ref.: Proposta de Licitação - [Nome da Licitação]

Item	Descrição do Item	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	[Descrição do Item 1]	[Quantidade]	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
2	[Descrição do Item 2]	[Quantidade]	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
3	[Descrição do Item 3]	[Quantidade]	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
...
Subtotal Itens					[Subtotal Itens]
4	Frete/Transporte	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
5	Seguro	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
6	Taxas/Impostos	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
7	Outros Custos	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
Subtotal Custos Adicionais					[Subtotal Custos Adicionais]
Total Geral					[Total Geral]

Observações:

- **Descrição do Item:** Detalhe aqui cada item que compõe a aquisição ou serviço.
- **Quantidade:** Indique a quantidade de cada item.
- **Unidade de Medida:** Especifique a unidade de medida de cada item (ex: unidade, metro, litro, etc.).
- **Valor Unitário (R\$):** Insira o valor unitário de cada item em reais.
- **Valor Total (R\$):** Este campo é calculado automaticamente multiplicando a quantidade pelo valor unitário.

Resumo dos Custos:

- **Subtotal Itens:** R\$ [Subtotal Itens]
- **Subtotal Custos Adicionais:** R\$ [Subtotal Custos Adicionais]
- **Total Geral:** R\$ [Total Geral]

Condições de Pagamento:

- [Detalhe aqui as condições de pagamento, como forma de parcelamento, datas de vencimento, etc.]

Esta planilha contempla todos os custos relacionados à aquisição de itens ou serviços, incluindo custos adicionais como frete, seguro, taxas e outros. Atenciosamente,

[Nome da sua Empresa]
[Assinatura do Responsável Legal da Empresa]
[Nome do Responsável Legal]
[Cargo do Responsável Legal]

Apêndice IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO

[Nome da Empresa]

CNPJ nº. [Número do CNPJ]

Por meio deste, eu, **[Nome do Representante Legal]**, portador da Carteira de Identidade nº. **[Número da Carteira de Identidade]** e do CPF nº. **[Número do CPF]**, representante legal da empresa **[Nome da Empresa]**, declaro, em atendimento ao disposto no **Edital n.º __/20__**, que a nossa empresa possui pleno conhecimento de todas as informações relacionadas à execução dos trabalhos e/ou condições de entrega/fornecimento referentes à licitação mencionada.

Comprometemo-nos a não alegar, em momento posterior, o desconhecimento de fatos que eram evidentes à época da licitação, visando solicitar qualquer alteração no valor do contrato que venha a ser celebrado, caso a nossa empresa seja a vencedora do certame.

Local e data: [Local], [Data]

[Nome da sua Empresa]

[Assinatura do Responsável

Legal da Empresa]

[Nome do Responsável Legal]

[Cargo do Responsável Legal]

DIST. SANT. ESP. INDIGENA

Contrato 24/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
24/2026	257035-DIST. SANT. ESP. INDIGENA	RODRIGO FIORILO AMARAL	18/05/2026 08:40 (v 0.3)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25047.002412/2025-35

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO



Ministério da Saúde
Secretaria de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

Processo Administrativo nº 25047.002412/2025-35

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
E

A [União] **OU** [Autarquia XXXXX] **OU** [Fundação XXXXXX][A1], por intermédio do(a) [órgão contratante], com sede no (a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de materiais médico-hospitalares (MMH), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL [A3]
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. **O Edital da Licitação.**
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados da da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.2. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Governador Valadares/MG, Seção Judiciária de Governador Valadares/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CELIO CEZAR FERREIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 08:40:56.

DIST. SANT. ESP. INDIGENA

Ata de Registro de Preços 6/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	257035-DIST. SANT. ESP. INDIGENA	RODRIGO FIORILO AMARAL	18/05/2026 08:41 (v 0.3)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25047.002412/2025-35

1. DO OBJETO



Ministério da Saúde
Secretaria de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

Processo Administrativo nº 25047.002412/2025-35

Ata de Registro de Preços nº XX/2026

O(A) [órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços], com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de materiais médico-hospitalares (MMH) que consiste na manutenção contínua dos estoques de materiais indispensáveis ao atendimento das comunidades indígenas, especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo XX do edital de licitação n.º xxxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o(a) [órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços].
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, não poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidas no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO

Não se aplica.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CELIO CEZAR FERREIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 08:41:59.